



## **ACADEMIA MILITAR**

### **A GNR no pós Grande Guerra**

**Autor:** Aspirante de Infantaria da GNR Francisco Miguel Correia de Carvalho

**Orientador:** Professor Catedrático de História António José Telo

**Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, setembro de 2018**



## **ACADEMIA MILITAR**

### **A GNR no pós Grande Guerra (1919-1927)**

**Autor:** Aspirante de Infantaria da GNR Francisco Miguel Correia de Carvalho

**Orientador:** Professor Catedrático de História António José Telo

**Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, setembro de 2018**

## **DEDICATÓRIA**

À minha família, amigos e todos aqueles que me apoiaram neste percurso.

## **AGRADECIMENTOS**

Este Relatório Científico do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) representa o culminar de indetermináveis horas de trabalho e de pesquisa, repletas de obstáculos que tive de superar como pessoa, militar e essencialmente como estudante do ensino superior revestido do papel de investigador. Nem sempre se mostrou tarefa fácil e a conclusão deste trabalho não teria sido possível sem o apoio, principalmente emocional, da minha família e amigos. Como tal são os primeiros a receberem as minhas palavras de agradecimento devido ao elo mais emocional que nos une.

Claro que restam ainda alguns destinatários dos meus sentidos agradecimentos. Dirijo-me agora para aqueles que contribuíram para o enriquecimento do meu RCFTIA quer em termos de forma quer em termos de conteúdo. Em primeiro lugar agradecer ao Exmo. Sr. Professor Doutor António José Telo por ter aceite este desafio e por me dar as linhas orientadoras para a minha pesquisa e execução deste trabalho, sem as quais a realização deste trabalho não teria sido possível. Em segundo lugar agradecer ao Sargento Ajudante Póvoa da Guarda Nacional Republicana (GNR) por me ter guiado na fase inicial enquanto procurava um tema de interesse para mim como investigador e para a instituição GNR.

Por fim realçar também que sem a existência de trabalhos, investigações e de toda a bibliografia existente sobre o tema em questão (presentes nos arquivos e bibliotecas onde foi realizada grande parte da minha investigação), nunca teria sido possível realizar este RCFTIA. Todos estes apoios foram sem dúvida indispensáveis e constituem os principais alicerces deste RCFTIA. Por terem tornado possível atingir este resultado final, termino deixando aqui o meu profundo apreço e reconhecimento.

## RESUMO

Este trabalho aborda certos episódios marcantes na história da Guarda e que ditaram importantes mutações na instituição que acabaria por se tornar naquela que existe nos dias de hoje, muito diferente daquela que é analisada durante esta investigação. O objetivo geral deste trabalho sobre a instituição no pós grande guerra (1ª Guerra Mundial, 1914 - 1918), é investigar e contextualizar as particularidades da Guarda no período do pós Grande Guerra e abordar os principais acontecimentos que influenciaram as grandes mudanças.

Os objetivos específicos deste trabalho prendem-se com um olhar aprofundado sobre o ambiente e contexto histórico atravessado por Portugal no início do século XX, análise das alterações sofridas pela GNR a nível orgânico neste período (especial foco para o intervalo temporal 1919 – 1922), estudo das decisões políticas, e suas motivações, que levaram às constantes reorganizações na Guarda neste período e por fim a análise e estudo das mudanças no equilíbrio de forças existente entre o Exército e a Guarda ao longo do período estudado.

Devido à natureza e particularidades deste trabalho associadas à área científica da História, a sua realização e metodologia maioritariamente qualitativa seguiram um determinado fio condutor que se adequa a trabalhos realizados nesta mesma área científica. Assim sendo, a investigação histórica é sustentada por uma abordagem bibliográfica que se reveste de uma grande importância para atingir os objetivos em vista. Esta dimensão bibliográfica associada à investigação do fenómeno a estudar, baseia-se essencialmente na consulta e análise documental de: ordens à Guarda, ordens de serviço e anuários da Guarda Nacional Republicana da época em questão; obras publicadas relacionadas com a problemática e legislação causadora das várias reorganizações na Guarda nesse período.

A realização deste trabalho permitiu retirar várias ilações relevantes e importantes para compreender a história e evolução da instituição. Numa época em que Portugal, por força de um golpe de estado, tinha acabado de mudar de regime (fim da monarquia e início da república), as expectativas e a ansiedade dos populares eram uma constante e a ainda fresca República tinha de se preocupar com a sua sobrevivência (para que não lhe sucedesse o mesmo que com os monárquicos) e prosperidade sob olhar ansioso da população que exigia cada vez mais (reivindicações da classe operária e de todos aqueles que apoiaram o ideal republicano na esperança de uma mudança e solução para todos os males do país). Um

período exigente e nada fácil para os republicanos, recém-chegados ao poder, que se viria a tornar ainda mais complicado com algumas medidas algo “infelizes” (na ótica da grande maioria dos populares), tomadas pelos sucessivos governos, que aumentaram a instabilidade, o descontentamento, a dificuldade em obter bens de 1ª necessidade e as condições económicas e financeiras do país como foi o caso da adesão à 1ª Guerra Mundial. Não cabe ao investigador analisar se estas forma ou não as medidas corretas a tomar pelos governos naqueles tempos, cabe sim analisar as motivações e os efeitos causados pelas medidas tomadas que afetaram a instituição da Guarda Nacional Republicana. Se muitos nesta altura estavam contra a adesão de Portugal à primeira guerra, muitos outros acreditavam que esta era a melhor solução se Portugal queria manter as suas colónias e o seu domínio em certas partes do continente Africano. Decisão influenciada pelo ultimato inglês de 1890 e o crescente interesse alemão e inglês pelo continente africano que colidia com as pretensões portuguesas nesse mesmo continente. Não só devido à questão colonial africana, mas também motivados pelas recompensas que iriam surgir se Portugal se encontrasse entre os países vencedores da 1ª Guerra.

Durante este período conturbado, a República precisou de uma força militar de confiança e leal com a qual pudesse contar para proteger o regime face a qualquer tentativa de insurreição (monárquica principalmente). Com o estudo e investigação realizados neste trabalho foi possível comprovar que as sucessivas reorganizações sofridas pela Guarda desde a sua criação em 1911 até 1919, foram realizadas com o intuito de aumentar os meios e efetivos desta para que a mesma conseguisse estar a par do exército de quem os republicanos desconfiavam por serem mais conservadores, tradicionalistas e afetos aos ideais monárquicos. Enquanto a Guarda provou ser de confiança e eficaz, destacando-se a forma como lidou com os revoltosos associados à monarquia do norte, o regime recompensa-a com sucessivas reorganizações que aumentavam as suas capacidades. Quando o regime começou a perder a sua confiança na instituição, principalmente devido aos episódios que se sucederam em 1921 como a infame noite sangrenta, a tendência de fortalecer a instituição inverteu-se e com a reorganização de 1922 o objetivo é reduzir a capacidade da instituição por se temer e para evitar mais ondas de violência. O exército voltava a destacar-se não tendo nenhuma força que a ele se equiparar-se, criando as condições para o golpe militar de 1926 que ditaria o final da 1ª República.

## **ABSTRACT**

This work deals with certain important episodes in the history of the Guarda and that have dictated important mutations in the institution that would eventually become in the one that exists today, very different from the one that is analyzed during this investigation. The general objective of this work on the institution in the aftermath of World War I (1914-1918) is to investigate and contextualize the particularities of the Guard in the postwar period and to address the main events that influenced the great changes.

The specific objectives of this work are related to an in-depth look at the environment and historical context of Portugal at the beginning of the 20th century, an analysis of the changes undergone by the GNR at the organic level in this period (special focus for the time interval 1919-1922) study of political decisions and their motivations that led to constant reorganization in the Guard during this period and finally the analysis and study of the changes in the balance of forces between the Army and the Guard over the period studied. Due to the nature and particularities of this work associated to the scientific area of History, its accomplishment and methodology mostly qualitative followed a certain thread that is adequate to works carried out in this same scientific area. Thus, historical research is supported by a bibliographical approach that is of great importance to achieve the goals in view. This bibliographical dimension associated to the investigation of the phenomenon to be studied, is based essentially on the consultation and documentary analysis of: orders to the Guard, work orders and annuals of the Republican National Guard of the time in question; published works related to the problematic and legislation that caused the various reorganizations in Guarda during that period.

The accomplishment of this work allowed to draw several important and important lessons to understand the history and evolution of the institution. At a time when Portugal, by virtue of a coup d'état, had just changed its regime (the end of the monarchy and the beginning of the republic), the expectations and the anxiety of the popular were a constant and the still fresh Republic had to worry about their survival (so that it did not succeed to them as with the monarchists) and prosperity under the anxious eyes of the population that demanded more and more (demands of the working class and all those who supported the republican ideal in the hope of a change and solution to all the ills of the country). It was a

demanding and not an easy period for newly arrived Republicans, who would be made even more complicated by some "unfortunate" measures (in the view of the great majority of the popular), taken by successive governments, which increased instability, the discontent, the difficulty in obtaining goods of first necessity and the economic and financial conditions of the country as was the case of the adhesion to World War I. It is not for the investigator to analyze whether or not these measures were right for governments at that time, it is necessary to analyze the motivations and effects caused by the measures taken that affected the institution of the National Republican Guard. If many were against Portugal's accession to the first war, many others believed that this was the best solution if Portugal wanted to maintain its colonies and its domination in certain parts of the African continent. Decision influenced by the English ultimatum of 1890 and the growing German and English interest by the African continent that collided with the Portuguese pretensions in that same continent. Not only because of the African colonial question, but also because of the rewards that would arise if Portugal were among the winners of World War I.

During this troubled period, the Republic needed a reliable and loyal military force with which it could rely to protect the regime against any attempt to insurrection (mainly monarchist). With the study and research carried out in this work it was possible to prove that the successive reorganizations suffered by the Guard from its creation in 1911 until 1919 were carried out with the purpose of increasing the means and effective of this so that the same managed to be abreast of the army of whom the republicans distrusted to be more conservative, traditionalists and affections to the monarchical ideals. While the Guard proved to be reliable and effective, standing out the way it dealt with the revolts associated with the northern monarchy, the regime rewarded it with successive reorganizations that increased its capabilities. When the regime began to lose its confidence in the institution, mainly due to the episodes that followed in 1921 as the infamous night bloody, the tendency to fortify the institution was reversed and with the reorganization of 1922 the objective is to reduce the capacity of the institution for fear and to avoid more waves of violence. The army returned to stand out having no force that equaled itself, creating the conditions for the military coup of 1926 that would dictate the end of the 1st Republic.



# ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA .....	I
AGRADECIMENTOS .....	II
RESUMO .....	III
ABSTRACT .....	V
ÍNDICE GERAL .....	VII
ÍNDICE DE TABELAS .....	IX
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS .....	X
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS .....	XI
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS .....	7
1.1. GENERALIDADES .....	7
1.2. METODOLOGIA, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS .....	7
CAPÍTULO 2 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO .....	9
2.1. INTRODUÇÃO .....	9
2.2. PERCURSO HISTÓRICO QUE ANTECEDEU E LEVOU À CRIAÇÃO DA GNR .....	11
2.2.1. <i>As origens da Segurança em Portugal (1383 – meados do século XVIII)</i> .....	11
2.2.2. <i>A Guarda Real de Polícia (1801 – 1834)</i> .....	12
2.2.3. <i>A Guarda Municipal (1834 – 1910)</i> .....	13
2.2.4. <i>A Guarda Republicana (1910 – 1911)</i> .....	17
2.2.5. <i>A Guarda Nacional Republicana (1911 – presente)</i> .....	18
2.3. A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NA 1ª GUERRA (1914 – 1918) .....	19
2.4. AMBIENTE VIVIDO NO PAÍS (1910 – 1921) .....	21
2.4. INÍCIO DA IMPLANTAÇÃO DA GNR NOS MEIOS RURAIS .....	22
2.5. A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NO PÓS 1ª GUERRA (1919 – 1922) .....	23
2.6. A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NO FINAL DA 1ª REPÚBLICA (1922 – 1933) .....	26
CAPÍTULO 3 A GUARDA NO PÓS GRANDE GUERRA (1919-1921) .....	29
3.1. INTRODUÇÃO .....	29
3.2. FINAL DA 1ª GUERRA .....	32
3.3. O DECLÍNIO DA GNR .....	38
CAPÍTULO 4 PRINCIPAIS REORGANIZAÇÕES SOFRIDAS PELA GNR .....	40
4.1. COMPARAÇÃO .....	40
4.1.1. 1911 .....	40
4.2.2. 1913 .....	40
4.2.3. 1918 .....	40
4.2.4. 1919 .....	41
4.2.5. 1922 .....	42
CAPÍTULO 7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....	43
5.1. INTRODUÇÃO .....	43
5.2. RESPOSTA ÀS PERGUNTAS DERIVADAS .....	43
5.2 CONCLUSÕES .....	ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.
BIBLIOGRAFIA .....	48

FUNDOS CONSULTADOS.....	48
FONTES PRIMÁRIAS .....	48
FONTES EDITADAS:.....	48
LEGISLAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO INSTITUCIONAL: .....	50
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>51</b>

## **ÍNDICE DE TABELAS**

Tabela nº1 – Previsões de efetivo com a reorganização de 1919.....	34
--	----

## **LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS**

Apêndice A - Comandantes da GNR.....	52
--------------------------------------	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS**

### **Siglas:**

**AM** – Academia Militar

**CEP** - Corpo Expedicionário Português

**GNR** - Guarda Nacional Republicana

**LOGNR** – Lei Orgânica da GNR

**PD** – Pergunta Derivada

**PP** – Pergunta de Partida

**RCFTIA** - Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

**NEP** – Normas de Execução Permanente

**OE** – Objetivo Específico

**OG** – Objetivo Geral

**OSGNR** – Ordem de Serviço do Comando Geral da Guarda Nacional Republicana

**SSI** – Serviços de Segurança Interna

### **Abreviaturas:**

**Bat.** - Batalhão

**Comp.** - Companhia

**Lx.** - Lisboa

## INTRODUÇÃO

Esta introdução ao Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCTFIA) visa atingir alguns objetivos. De forma sucinta, é uma apresentação geral do trabalho em si. Não só dá uma visão holística do corpo do trabalho (estrutura do trabalho), como foca também nos tais objetivos. Primeiramente aqueles que estão relacionados com o tema, são eles a apresentação do tema, o porquê da escolha desse tema e a relevância que este tema tem para o mestrado. Estando estes objetivos basilares explanados, parte-se então para os restantes. Estes estão então relacionados com os objetivos gerais e específicos do trabalho assim como com a pergunta de partida (PP) e com as perguntas derivadas (PD) (Militar, NEP n.º 522/1ª – Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), 2016). Esta visão que foi apresentada para a introdução tem como fio condutor as tais normas para a redação de trabalhos de investigação presentes na NEP: 522/1.ª (Normas de execução permanente), à qual a realização deste trabalho se encontra vinculado. Claro que o que está presente nesta NEP vai de encontro ao que está presente em diversas doutrinas e que é defendido por diversos autores. É o caso de Sarmento que descreve a introdução como sendo parte integrante e indispensável de qualquer trabalho (Tese neste caso). Refere que esta apresenta uma perspetiva geral da estrutura do trabalho, descrevendo a sua constituição desde a PP até aos capítulos que deste fazem parte (Sarmento, 2013). Mas antes de se abordar estes aspetos constituintes da introdução, convém explicar cada um deles sucintamente.

São muitos os autores e académicos que se pronunciam e estudam o método de investigação científico. Atentando nas palavras e perspetivas de outros autores é possível aprofundar ainda muito mais. Dois dos autores mais conhecidos no que aos paradigmas, metodologias e métodos de investigação em Ciências Sociais e Humanas diz respeito, são Quivy e Luc Van Campenhoudt. Estes, primeiro que tudo, definem investigação como sendo algo que se procura (Quivy & Campenhoudt, 2008), requer muito trabalho e iniciativa por parte do investigador na procura pelas respostas que este quer ver respondidas. Mas também Marie-Fabienne Fortin se debruçou bastante sobre estas temáticas, realçando a importância e no que consiste a identificação e procura de um “Problema de Investigação” (Fortin, 2009, p. 39). Após encontrar um Tema de Investigação, este tema deve concorrer para a descoberta de um problema de investigação. A investigação vai surgir e encontrar a sua base neste Problema de Investigação. É este que dá início à estruturação do projeto, que o conduz, o

centra e o delimita inicialmente. Permite ao autor começar a pensar também nos recursos e vulnerabilidades com que tem de contar. Não confundir, no entanto, com a PP. O problema de investigação diz respeito essencialmente à estruturação e delimitação do estudo, é um começo. Só depois, após se proceder à identificação do problema a investigar, é que se deve formular a PP (Sarmiento, 2013). A PP, esta sim, como referem Quivy e Campenhoudt na sua obra, é o farol que conduz a investigação tornando-a clara, exequível e pertinente (Quivy & Campenhoudt, 2008). Vão mais longe como que afirmar que a PP é aquela que através da qual o investigador tenta exprimir com a maior exatidão possível o que procura saber, elucidar e compreender melhor (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Após ter a PP, o investigador pode então partir para as PDs como forma de suporte à pergunta de partida (Sarmiento, 2013) que têm a sua génese na pergunta de partida, mas que são muito mais restritivas. São elas que delimitam ainda mais a investigação e a circunscrevem ao que realmente interessa para que esta não se extravase para áreas e caminhos que indesejados e que não vão de encontro ao fio condutor proposto pela PP. As PDs, ao mesmo tempo que delimitam, indicam também quais os “setores”, dentro da PP que é mais geral, onde o autor deve focar os seus esforços. No decorrer da elaboração deste trabalho e respetiva investigação, espera-se que todos estes esforços vão convergir e resultar nas convenientes e absolutas respostas às PDs e à PP (Sarmiento, 2013).

Normalmente e quando é possível fazê-lo, vem associadas às PDs as respetivas hipóteses de investigação que de acordo com Sarmiento (outra autora e académica de relevo no estudo das metodologias científicas associadas à investigação e realização de teses nomeadamente) são “preposições conjeturais ou suposições que constituem respostas possíveis às questões de investigação” (Sarmiento, 2013, pp. 12 e 13). De acordo com Quivy e Campenhoudt, constituem as charneiras deste movimento, dão-lhe amplitude e asseguram a coerência entre as partes deste RCFTIA (Quivy & Campenhoudt, 2008). No entanto, faz sentido em alguns casos não existirem hipóteses de investigação porque a o trabalho em si e a sua conjuntura não o permite (Coutinho, 2011). Há uma incapacidade por parte do investigador de responder provisoriamente a estas questões que é o que sucede exatamente neste RCFTIA. Não esquecer ainda que após a elaboração das PP e das PDs, deve ser enunciado e definido o objetivo geral (OG), assim como os objetivos específicos (OE) do trabalho (Sarmiento, 2013). Citando dois outros autores internacionais, Lakatos e Marconi, o OG está relacionado com a PP e consequentemente com o conteúdo intrínseco das ideias estudadas. Quanto aos OEs, os mesmos autores referem que, estes são criados tendo em vista a cumprir o objetivo geral, e que são mais concretos e que permitem aplicar o estudo a

situações específicas (Marconi & Lakatos, 2003). Assim sendo, no caso deste RCFTIA, e tendo em conta as etapas em cima referidas, o investigador optou por a seguinte sequência: o Tema de Investigação, o Problema de Investigação, a PP e as três PD, o OG e os 4 OEs respetivamente. Na fase introdutória deste RCFTIA vai ser esta a sequência<sup>1</sup> selecionada, não esquecendo que não vão ser os únicos aspetos a ser abordados. Feita a explicação sumária do que se pretende de cada um dos aspetos referidos em cima (pertencentes à introdução), estes irão ser agora abordados enquanto partes integrantes da Introdução deste RCFTIA.

O tema “A Guarda Nacional Republicana no pós grande Guerra”, a qual se encontra submetido este RCFTIA, surge com um objetivo claro. Completar uma das últimas etapas necessárias para finalizar com sucesso o Mestrado<sup>2</sup> Integrado que visa a obtenção do grau de mestre em Ciências Militares na especialidade de Segurança da Guarda Nacional Republicana (GNR), curso ministrado na Academia Militar (AM). O presente RCFTIA não só é indispensável para o término do referido curso, como apresenta uma considerável relevância no que diz respeito à formação profissional do autor e até para a nota final do próprio curso que frequenta. Este Mestrado Integrado e a sua estrutura e a forma como está organizado, concorrem para que os respetivos alunos sejam formados de maneira a que atinjam determinados patamares de excelência. Patamares esses também eles imprescindíveis, e que irão permitir aos alunos no futuro realizar com sucesso as suas futuras funções (associadas à natural complexidade e responsabilidade inerentes ao serviço de qualquer oficial da GNR). Pois bem, assim sendo, um dos pilares desta formação é exatamente “desenvolver a capacidade de raciocínio autónomo, análise e síntese, com espírito crítico, flexível e criativo” (Militar, In site da Academia Militar, 2016). Este RCFTIA não surge apenas pelas razões até aqui elencadas, mas também por razões legais. A realização deste concorre para a necessidade do cumprimento da legislação vigente associada ao ensino superior universitário, da qual a AM faz parte.

Quanto à escolha deste tema em particular, por o autor deste RCFTIA ser adepto e entusiasta de História e em particular da História de Portugal, fazia todo o sentido enveredar por este rumo de investigação. Nunca sendo tratando de uma opção fácil para um trabalho desta dimensão e importância, a escolha de um tema e da problemática associada (problema de investigação) vai condicionar todo o rumo da investigação e deve ser muito bem

---

<sup>1</sup> Uma das sequências possíveis sugeridas por David Rosado na sua obra Sociologia da Gestão e das Organizações (Rosado, 2015).

<sup>2</sup> Mestrado Integrado frequentado pelo autor deste RCFTIA de 2013 a 2018.



ponderado. A Área Científica escolhida deve, naturalmente, suscitar interesse no investigador e é isso que acontece com este trabalho, sendo a área Científica da História bastante relevante para o investigador. Após alguma investigação e deliberação, o investigador achou que seria pertinente para a Instituição se fizesse uma recolha de informações que dizem respeito à GNR nesta época tão conturbada (início da República e pós grande Guerra) e na qual a GNR se destacou tanto e começou a evoluir gradualmente para se transformar na instituição que hoje se conhece. Por já ter sido realizada uma tese sobre a GNR durante a 1ª Guerra, o investigador tratou de se focar mais e aprofundar o pós grande Guerra. Existe informação acerca desta temática e respetivos factos históricos, mas encontra-se algo dispersa e muita dela não se foca na Instituição da GNR como principal protagonista. Assim sendo o investigador considera a realização deste RCFTIA como uma mais valia para Instituição, ao abordar este período específico e muito interessante da História de Portugal, mas agora centrado na GNR e com um olhar constante sobre o papel por esta desempenhado durante as várias “aventuras e desventuras” protagonizadas por esta ainda quase “embrionária” República (essencialmente, no início da sua segunda década de existência). Acresce ainda que no ano de 2018, ano em que este trabalho será defendido e apresentado, contar-se-ão cem anos sobre o início do período que se pretende estudar (que começa após final de 2018 e início de 2019). Esta coincidência, este centenário, em relação ao período estudado, deu também um contributo, ainda que de menor dimensão, para a escolha do tema.

O trabalho visa analisar a situação operacional da GNR e as principais mudanças que ocorreram na Instituição no pós Grande Guerra. O ano de 1919 foi um ano marcante e de grande importância para a história de Portugal e para a GNR, foi marcado pelo início de uma grande transição ao nível da Instituição. Essa transição refletiu-se principalmente na alteração da sua orgânica e na dimensão da implantação desta força de segurança no território nacional. Complementarmente é também abordado, fruto da investigação, o efetivo, o armamento e o equipamento que a instituição tinha disponível nesta altura, entre outros aspetos de importância operacional significativa.

A análise da capacidade operacional da GNR na época em questão vai permitir constatar as grandes diferenças existentes em relação ao presente, procurando-se através da investigação as razões para estas diferenças. Nesta análise da GNR no pós Grande Guerra não interessa apenas ficar pelo ano de 1919, uma vez que muitas das implementações e mudanças, em termos legislativos, que afetaram e modificaram a Instituição só se consumaram mais tarde, sensivelmente até 1922. Até é lançado, sem aprofundar muito, um

olhar sobre a Instituição num período já posterior, terminando com a instauração do Estado Novo em 1933. O mesmo se aplica aos períodos anteriores a 1919 que são também eles abordados e alvo de investigação com alguma incidência. Muito do que se passou a partir de 1919 e que afetou a GNR tem origem em acontecimentos passados que têm de ser entendidos e estudados minimamente para que seja possível fazer a conexão entre eles. Ainda que o assunto em causa e o respetivo período representem o foco principal do trabalho, é incontornável uma sucinta análise dos anos antecedentes, de forma a melhor entender as razões e as causas que levaram às mudanças referidas. A perceção de todo o encadeamento histórico é essencial. Assim sendo, o trabalho também se debruçará inevitavelmente sobre a participação de Portugal na Primeira Guerra e até sobre alguns aspetos históricos anteriores a esta.

Após a explicação e justificação do tema, é então definida a seguinte PP: **Quais as grandes mudanças que se fizeram sentir na GNR no pós Grande Guerra e o porquê destas?**

Seguem-se as respetivas PDs:

**PD1:** Qual o contexto e o ambiente vivido pela GNR em Portugal no período em questão?

**PD2:** Quais os principais acontecimentos nos quais a GNR tomou parte no pós Grande Guerra e que serviram de catalisadores para as alterações que se deram na Instituição?

**PD3:** Quais as alterações sofridas pela GNR ao nível organizacional no período estudado?

Continuando este percurso metodológico, seguem-se o OG e os OEs. Como OG deste RCFTIA tem-se: **Investigar e contextualizar as particularidades da GNR no período do pós Grande Guerra e abordar os principais acontecimentos que influenciaram as grandes mudanças.**

De igual forma são assim elencados os cinco objetivos específicos, resultantes do objetivo geral:

**OE1:** Compreender o ambiente e o contexto histórico do pós Grande Guerra dando especial foco ao período compreendido entre 1919 e 1921;

**OE2:** Estudar as alterações que a GNR sofreu a nível orgânico neste período;

**OE3:** Estudar e investigar as decisões políticas por trás das mudanças organizacionais da GNR no período estudado;

**OE4:** Analisar as mudanças no equilíbrio de forças existente entre o Exército e a GNR no período em questão;

Em relação á estrutura do trabalho, inicia-se com a introdução, seguida da metodologia e dos procedimentos. Após isto vem o capítulo 2 do enquadramento teórico que permite ao leitor começar a perceber todos os acontecimentos que se deram num espectro de tempo mais alargado. Capítulo 3 versa sobre o período que mais interessa, a GNR no pós Grande Guerra. Capítulo 4 faz uma sùmula das principais reorganizações sofridas pela GNR ao longo de um período que começa com a sua criação. Capítulo 5 faz as conclusões do trabalho e responde às questões derivadas e de partida.

# **CAPÍTULO 1**

## **Metodologia e Procedimentos**

### **1.1. Generalidades**

Devido à natureza deste trabalho e à área científica subjacente, o investigador decidiu-se por uma investigação histórica associada a uma dimensão bibliográfica que tem os seus alicerces na consulta e análise documental de: ordens à Guarda, ordens de serviço e anuários da GNR da época em questão; obras publicadas relacionadas com a problemática e legislação causadora das várias reorganizações na GNR nesse período.

### **1.2. Metodologia, técnicas e procedimentos utilizados**

Devido à natureza e particularidades deste RCFTIA associadas à área científica da História, a sua realização e metodologia maioritariamente qualitativa seguiram um determinado fio condutor que se adequa a trabalhos realizados nesta mesma área científica. Assim sendo, a investigação histórica é sustentada por uma abordagem bibliográfica que se reveste de uma grande importância para atingir os objetivos em vista.

Seguindo o método histórico, referido por Sarmento, como sendo aquele que melhor analisa os fenómenos tendo em conta a datação, constituição, desenvolvimento e consequências do fenómeno (Sarmento, 2013), foi esse o escolhido pelo investigador. Foi seguido neste trabalho o modelo científico de Raymond e Campenhoudt como forma de atingir o conhecimento científico, este é constituído por três atos e sete cenas que são seguidas não necessariamente de forma sequencial (Quivy & Campenhoudt, 2008). Os atos são a rutura, a construção e a verificação. Cada um tem as suas etapas. A rutura por sua vez é constituída por três etapas, a formulação da pergunta de partida, a exploração e a problemática. Da construção fazem parte a problemática e a construção do modelo de análise constituído por conceitos e hipóteses articulados entre si. Por fim, a verificação constituída pela observação, análise (de informação) e a conclusão (Quivy & Campenhoudt, 2008).

A investigação e pesquisa documental realizou-se em diversos locais, na biblioteca nacional, Biblioteca do Arquivo da GNR, Biblioteca da Academia Militar, Biblioteca da Escola da Guarda, no Arquivo Histórico Militar e nos arquivos da Torre do Tombo.

De entre as várias fontes de informação, as fontes essenciais e ditas de primárias por serem as mais credíveis e de onde foi tirada a maior parte da informação foram o Anuário da GNR de 1922 e as Ordens à Guarda. Estas foram complementadas com a consulta de vários livros sobre a temática, jornais, artigos entre outros.

## **CAPÍTULO 2**

### **Enquadramento Histórico**

#### **2.1. Introdução**

Neste capítulo pretende-se nada mais nada menos que estudar com alguma profundidade alguns antecedentes e procedentes relativos ao período chave (pós 1ª Guerra, sensivelmente 1919 – 1922) e claro abordar sucintamente o próprio período em si. É necessário ver inicialmente a “big picture” e depois sim focar no período em questão e que mais interessa para este RCFTIA, como acontece no capítulo seguinte. Ao abordar estes factos e acontecimentos históricos, é objetivo do investigador contribuir para uma melhor compreensão do que é realmente o foco do trabalho. Opta-se neste caso por se partir do geral para o particular.

Para iniciar esta introdução, convém referir desde já uma palavra chave, em torno da qual gira todo este RCFTIA. Esta palavra está claro intimamente ligada com o trabalho realizado pela GNR. Fala-se de segurança. A GNR presta um serviço aos cidadãos e esse serviço resulta na segurança destes. É um bem imprescindível que acaba por influenciar toda a atividade dos cidadãos e o seu bem-estar. Resumindo, a segurança figura-se como uma necessidade absoluta na conjuntura atual. No sentido que nos dias de hoje, para os cidadãos que coabitam em sociedade, torna-se inevitavelmente um bem de primeira ou quase primeira instância. Como reforço da ideia atrás referida e indo ao encontro desta, realça-se desde já a Teoria da hierarquia das necessidades de Maslow<sup>3</sup>. Esta relaciona diretamente a segurança com a motivação dos cidadãos. Para Maslow, a motivação está relacionada com as necessidades e este psicólogo vai ainda mais longe na sua teoria. Este cria uma hierarquia das necessidades, indo das mais básicas às menos essenciais, sendo que as apresenta num formato de pirâmide. Indica assim que só se pode satisfazer uma determinada necessidade se as anteriores estiverem todas “saciadas” ou preenchidas. Quanto mais necessidades são satisfeitas mais motivação se alcançará e consequentemente melhor qualidade de vida, num espectro mais amplo. Ora a segurança surge logo como a segunda necessidade mais importante, a seguir às necessidades fisiológicas que naturalmente têm de estar na base da

---

<sup>3</sup> Também designada pela Teoria da Motivação de Maslow, Teoria das Necessidades ou Pirâmide de Maslow.

pirâmide. Entende-se assim a preponderância da segurança para a vida de qualquer cidadão, que não sendo uma necessidade indispensável à vida como as necessidades fisiológicas, vêm logo a seguir (Maslow, 1970).

Hoje em dia, em alguns países desenvolvidos como Portugal, a segurança dos bens e dos cidadãos é quase vista por estes como um dado adquirido e algo indispensável, mas nem sempre foi assim. Existiu um processo evolutivo no que à segurança diz respeito. Entenda-se que atualmente os cidadãos portugueses, de certa forma, veem a segurança e a promoção do sentimento de segurança como algo que é providenciado pelo Estado de forma aceitável e suficientemente eficaz. Não vivessem os portugueses, hoje em dia, num país desenvolvido e num Estado de direito democrático no qual um dos fins últimos do Estado é exatamente a segurança.

À luz da constituição portuguesa existem duas grandes categorias de direitos fundamentais, estando o direito à segurança<sup>4</sup> inserido na categoria dos direitos, liberdades e garantias. Estes são direitos que são sempre invocáveis independentemente das leis que os protegem e a restrição ou suspensão do exercício dos mesmos é dificultada pela constituição (são exceções o estado de sítio e o estado de emergência, artigo 19.º da Constituição da República Portuguesa), por beneficiarem deste regime constitucional específico. O Estado tem então, indo de encontro ao que em cima foi referido, a obrigação e responsabilidade de respeitar e fazer cumprir os direitos fundamentais (nos quais está inserindo o direito à segurança) tomando medidas que só ao Estado compete tomar. A segurança acaba por surgir como uma área de competência do Estado que deve garantir a segurança dos cidadãos. Claro que a máxima eficácia que é possível atingir relativamente à exerceção dos direitos fundamentais, vai depender do grau de concretização da tutela destes pelo Estado, mas não só. A garantia dos direitos fundamentais está também associada ao respeito que a própria sociedade manifesta por estes, assim como ao exercício por parte desta dos direitos e dos deveres de cidadania, em menor ou maior grau. Especificando agora dentro do Estado, são as autoridades públicas<sup>5</sup> que devem não só tutelar a segurança dos cidadãos, mas também não ameaçar a segurança dos mesmos. Existe então um dever e uma obrigação por parte do Estado, de garantir a segurança através das suas instituições públicas que têm essa incumbência. Particularizando ainda mais, é aqui que se inserem, finalmente, as demais

---

<sup>4</sup> Direito à segurança implica que os cidadãos devem poder viver de forma segura e tranquila, livres de ameaças ou agressões por parte dos poderes públicos e dos outros cidadãos (remete para a segurança interna).

<sup>5</sup> Entenda-se por autoridades públicas todos aqueles que se encontram investidos de poderes públicos, derivados do Estado neste caso. Incluem os titulares dos órgãos de soberania, membros dos órgãos administrativos do Estado e das autarquias locais, polícias, inspetores, fiscais, entre outros.

forças e serviços de segurança, sendo a Guarda Nacional Republicana, em particular, uma força de segurança.

É sobre um determinado período histórico da GNR que este trabalho vai versar. Como tal, neste capítulo do trabalho é feita uma observação e um estudo sumário relativamente à génese desta instituição e consequentemente da origem da segurança em Portugal. Este capítulo não aborda apenas a origem, mas também o percurso histórico da GNR até ao período que interessa investigar. Chega até a ir mais longe ao lançar um olhar (mais geral e menos incisivo de forma a não extravasar aqueles que são os objetivos do trabalho) sobre a instituição após o período de maior foco do trabalho (até à instauração do Estado Novo em 1933). A perceção de todo o encadeamento histórico é importante para analisar da melhor forma os acontecimentos que se deram no período sobre o qual incide o maior foco do trabalho. Em suma, o investigador achou que era necessário, para a realização deste trabalho de investigação, compreender de uma forma minimamente profunda os antecedentes e o passado da Guarda Nacional Republicana, assim como as repercussões que se seguiram fruto das mudanças ocorridas na GNR no pós Grande Guerra e que viriam a culminar na instauração do Estado Novo em 1933. Pode-se dizer então, que de uma forma geral, este enquadramento histórico compreende um largo período da história de Portugal, dando mais ênfase a determinados intervalos de tempo dentro desse período como seria de esperar. Indo desde as origens da segurança em Portugal (1383) até à Instauração da ditadura militar (1933), são focados os aspetos considerados mais relevantes e que permitem criar uma sequência lógica na qual se vai inserir este estudo da GNR no pós 1ª Guerra Mundial.

## **2.2. Percurso histórico que antecedeu e levou à criação da GNR**

### **2.2.1. As origens da Segurança em Portugal (1383 – meados do século XVIII)**

Como se constatou na introdução deste capítulo, a segurança dos cidadãos e dos bens é e sempre foi uma prioridade da sociedade e uma preocupação da Humanidade. Mas quando é que foram criadas as primeiras instituições nacionais dotadas de um ordenamento legal que lhes permitisse tutelar o exercício da função policial em Portugal? De acordo com Andrade, as origens remontam para a criação do Corpo de Quadrilheiros, na sequência da crise de



1383 – 1385<sup>6</sup>. Estes eram chefiados pelo Condestável<sup>7</sup> de Portugal ou também designado Contestável do Reino, ofício ou cargo criado pelo rei D. Fernando I em 1382. O Condestável de Portugal só respondia perante o rei português, sendo a segunda personagem mais preeminente da hierarquia militar portuguesa nesta altura (Andrade, 2011). O Corpo de Quadrilheiros representa ainda uma versão muito arcaica quando comparada às forças e serviços de segurança hoje existentes, mas está na origem dos corpos policiais como hoje os conhecemos. É preciso avançar no tempo quatro séculos até ao reinado de D. José I para encontrar as primeiras “estruturas de segurança em moldes modernos” (Andrade, 2011, p. 8), agora sim já comparáveis e com algumas semelhanças ao que é o panorama atual. Em 1760, por ação de o Marquês de Pombal, foram criadas a Intendência-geral da polícia da corte e do Reino e a função de intendente-geral da polícia.

### **2.2.2. A Guarda Real de Polícia (1801 – 1834)**

Foi precisamente um intendente-geral (nomeado em 1789), Pina Manique, que criou a Guarda Real da Polícia de Lisboa a 10 de dezembro de 1801. Pode-se afirmar que a Guarda Real de Polícia de Lisboa é sim a grande “precursora da GNR e das Forças de Segurança em

---

<sup>6</sup> Período que ficou conhecido por uma crise de sucessão (crise dinástica em Portugal) e pelo interregno (ausência de um rei). Após a morte de D. Fernando a 22 de outubro de 1383 que não deixou descendentes ou herdeiros diretos (herdeiros do sexo masculino) ao trono, houve ocasião e mais do que uma tentativa por parte do rei D. João I de Castela, de anexar o reino Português ao seu vasto domínio territorial. Em abril de 1385, aclamado rei de Portugal pelas cortes de Coimbra, D. João I o Mestre de Avis, põe termo ao interregno, mas não às disputas com Castela. Neste período e após a aclamação do rei de Portugal, ainda se deram as famosas batalhas de Trancoso (1385), Aljubarrota (1385) e Valverde (1385), nas quais o reino de Portugal saiu vitorioso. Neste período, a batalha de Aljubarrota é considerada aquela que foi mais decisiva para assegurar a independência portuguesa. Esta crise ficou resolvida nos finais de 1385 não só devido às pesadas derrotas das forças castelhanas, mas também por causa da sua incapacidade de continuar o esforço de guerra. No entanto só em 1411 com a assinatura de um tratado de paz em Ayllón é que a independência portuguesa foi reconhecida por Castela.

<sup>7</sup> O Condestável ou condestabre, como se dizia antigamente, era um ofício titular da guerra e que se enquadrava na classe dos títulos, usufruindo da mesma nobreza política aqueles que exerciam deste título. O condestável era um dos braços direitos do rei e em assuntos de guerra era a primeira pessoa responsável aquando da ausência do rei. Pertence-lhe eleger capitães, exploradores, guias e atalaias. Tem jurisdição civil e criminal sobre todas as pessoas do exército, estando centrado nele o poder de ordenar, decidir e providenciar tudo o que for necessário, sendo que sem a sua licença nada se poderá fazer em assuntos de guerra. Era por ele que passavam todos os inquéritos militares. São variadíssimas as suas funções, sendo que se destacam algumas de grande relevo como nomear todos os ministros e oficiais da guerra, assim como os executores de justiça. Manter a disciplina do exército, vingar as injúrias que se fizerem aos cavaleiros do seu exército, comandar campanhas militares com autorização expressa do rei ou na sua ausência, prover as fortalezas de gente (guarnição), alojar os exércitos, guardar as chaves da cidade ou vila onde o rei estiver, entre outros. O primeiro condestável foi D. Álvaro Pires de Castro, sucedendo-lhe talvez o condestável de Portugal mais famoso da história militar portuguesa, D. Nuno Álvares Pereira. Sendo este último o fundador da Casa de Bragança, os condestáveis que a ele se seguiram eram seus descendentes até à aclamação de D. João IV. Todas estas atribuições e responsabilidades quer administrativas quer militares associadas ao título e ofício de condestável, acabariam por cessar muitos anos mais tarde quando este título passou a ser exclusivamente e puramente honorífico.

Portugal” (Andrade, 2011, p. 8). As parecenças são várias e inequívocas. Pode-se dizer que a Guarda Real de Polícia é a antepassada da GNR porque é a primeira Força de Segurança em Portugal com raízes gendarmicas (primeira guarda na Europa criada e organizada à imagem da Gendarmerie francesa) não só de cariz policial, mas também com uma natureza militar. A Guarda Real de Polícia zelava pelo cumprimento da lei e pela segurança e tranquilidade públicas. Para produzir este efeito efetuava rondas e patrulhas na sua área de ação, o que continua a verificar-se nos dias de hoje na GNR. Tinha também, tal como a GNR, uma “dupla dependência: para a «disciplina militar» do general das Armas da Província e para o exercício das funções policiais do intendente-geral da Polícia” (Andrade, 2011, p. 8). Esta dupla dependência vai ser sempre uma constante durante a evolução sofrida por esta Guarda até que se torne na hoje designada Guarda Nacional Republicana. Também tinha o seu estado maior instalado no Quartel do Carmo<sup>8</sup> onde é hoje o comando geral da GNR. A Guarda Real de Polícia compreendia os Guardas Barreiras que vieram mais tarde dar origem à Guarda Fiscal<sup>9</sup>. A Guarda Real de polícia desorganizou-se aquando da chegada dos invasores franceses. Parte desta passou a designar-se Guarda Militar da Polícia e enfrentou os invasores nos campos de batalha ao lado dos combatentes pertencentes ao exército. Esta desorganização agravou-se ainda com a deslocação da família real para o Brasil<sup>10</sup> que foi acompanhada por vários oficiais da Guarda Real de Polícia. A 17 de Fevereiro de 1824, na sequência da Revolução liberal que teve início na cidade do Porto em 1820, surgiu a Guarda Real da Polícia do Porto. O comandante da Guarda Real de Polícia nesta cidade era, pois, um dos protagonistas principais da revolução liberal, o tenente-coronel José Leite Berredo. Na guerra civil onde se confrontaram liberais (apoiantes de D. Pedro IV de Portugal) com absolutistas (apoiantes de D. Miguel) as Guardas Reais de Polícia ficaram maioritariamente ligadas aos absolutistas conservadores, sendo assim acabariam por ser extintas em 1834 pelos liberais que venceram a guerra civil (Botelho, 1949).

### **2.2.3. A Guarda Municipal (1834 – 1910)**

---

<sup>8</sup> Quartel onde desde 1845 funciona ininterruptamente o Comando das Guardas militares de Polícia em Portugal (Andrade, 2011).

<sup>9</sup> Iria voltar a ser integrada na atual GNR (designados hoje em dia por unidade de ação fiscal).

<sup>10</sup> Brasil era ainda nesta altura território português e serviu de refúgio para a corte Portuguesa aquando da invasão francesa a mando de Napoleão Bonaparte.

No dia 3 de julho de 1834 foi criada a Guarda Municipal de Lisboa, ainda no mesmo ano em que havia sido extinta a Guarda Real de Polícia. Criada por D. Pedro IV pela pasta do reino, sendo que o titular desta era Bento Pereira, a Guarda Municipal é criada devido à urgente necessidade de se prover segurança à capital, tendo em conta que a Guarda Real de Polícia já havia sido e extinta e que os cidadãos pagavam os seus impostos sabendo que uma das finalidades destas contribuições monetárias era a promoção da segurança na capital. De acordo com o que vinha expresso no decreto de 3 de julho de 1834, a Guarda Municipal de Lisboa é criada “para manter o sossego público, afiançando a segurança da cidade, sem ameaçar a sua liberdade”<sup>11</sup>. Seguir-se-ia a criação da Guarda Municipal Portuense<sup>12</sup> através da assinatura do Decreto de 24 de Agosto de 1835 pela Rainha D. Maria II e pelo Ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães<sup>13</sup>. A “substituição” das Guardas Reais pelas Guardas Municipais deu-se com o intuito de afastar as conotações conservadoras e absolutistas quase inerentes à Guarda Real. Como diz Andrade, a ação dos municípios e das novas Guardas tinha em vista “contribuir para a descentralização da ação tradicionalmente conservadora e centralizadora dos monarcas absolutos” (Andrade, 2011, p. 9). Sendo um dos objetivos dos governantes, alargar a Guarda Municipal para os outros municípios e tentar atuar assim ao nível de todo o território nacional (à semelhança do que se verifica hoje com a GNR e PSP), isto não aconteceu. A razão para tal foi a escassez de financiamento para criar Guardas Municipais noutros municípios (foram raros os municípios para além do de Lisboa e do Porto onde foi possível prosperar a Guarda Municipal). Mesmo havendo por parte dos governantes e dos liberais um desejo de reformular a antiga Guarda Real, o que é certo é que foram mais as parecenças entre elas que as diferenças. Mudaram o nome e o fardamento tornou-se aparentemente mais simples, mas a substância ou a estrutura permaneceu quase inalterável. Permaneceu o mesmo modelo, disciplina, organização e características da sua antecessora, sendo ainda que a ação centralizadora do Estado até aumentou até à extinção desta mesma Guarda (Andrade, 2011).

A partir de 1867, com a criação dos corpos de Polícia Cívica<sup>14</sup> e mais tarde da Guarda Fiscal em 1885, dá-se a transferência e consequente redução do “leque” de competências atribuídos à Guarda Municipal. Ainda assim, o “leque” de competências associado à Guarda Municipal não foi propriamente reduzido pois existiu também nesta altura um reforço das

---

<sup>11</sup> Anuário da Guarda Nacional Republicana de 1922, página 11.

<sup>12</sup> Foi organizada nesta altura com uma só companhia.

<sup>13</sup> Anuário da Guarda Nacional Republicana de 1922, página 12.

<sup>14</sup> Criados por D. Luís I em Lisboa, Porto e outras capitais de distrito (Andrade, 2011).

suas competências militares e uma maior vinculação à defesa das instituições e regime monárquico<sup>15</sup>. Em 1868, as Guardas Municipais (GM) estavam sob a ordem de um comandante-geral que se corporizava no Quartel do Carmo em Lisboa. No decreto de 24 de dezembro de 1868, continua presente a dupla dependência das GM de Lisboa e do Porto aos dois ministérios como acontecia com a sua antecessora Guarda Real de Polícia. Lá está previsto que as GM fazem parte do Exército em tudo o que respeite à disciplina e promoções, sendo que continua subordinada ao Ministro do Reino para o serviço de manutenção de segurança pública. Em 1890 é legislado<sup>16</sup> que passam a ser comandadas por um oficial general e assiste-se a um reforço dos seus efetivos. Esta é a última reorganização das GM que iria ficar em vigor até 1910, data em que ocorre a dissolução destas e posterior criação da Guarda Republicana.

No dia 31 de janeiro de 1891, na cidade do Porto, ocorre o primeiro movimento revolucionário<sup>17</sup> armado dos republicanos face ao atual regime monárquico. A bandeira verde e vermelha chegou a ser hasteada pelos Republicanos em frente ao antigo edifício da Câmara municipal do Porto. Proclamaram da varanda a implantação da República assim como leram a lista de nomes daqueles que comporiam o novo governo provisório da República. As pretensões dos revoltosos acabariam por ser esmagadas pela Guarda Municipal Portuense que barrou o cortejo e após alguma confusão acabou por abrir fogo. Os violentos confrontos (12 mortos e 40 feridos) terminariam com a rendição dos últimos resistentes que se barricaram na câmara municipal (Marques, A revolução de 31 de Janeiro de 1891, 1991).

Só passados 17 anos, a 28 de janeiro de 1908, é que se daria uma nova tentativa por parte dos Republicanos de instaurar a República e acabar com o regime monárquico. Desta vez ocorreu em Lisboa e eram objetivos deste conhecido “golpe ou intentona do elevador da biblioteca”<sup>18</sup> o assalto aos quartéis da Guarda Municipal (Andrade, 2011), tomar a Câmara Municipal e proclamar a República e obter a adesão das unidades militares do exército e da marinha a este movimento (grupos civis armados entrariam nos quartéis e barcos

---

<sup>15</sup> As Guardas Municipais constituem um apoio fundamental ao regime monárquico, principalmente nos últimos anos da sua existência (em 1910 dá-se a implantação da República portuguesa).

<sup>16</sup> Decisão influenciada pelo aumento da instabilidade política, que se fez sentir também por causa do ultimato inglês de 1890 (Andrade, 2011).

<sup>17</sup> Derivado também ao descontentamento da população face às cedências que foram feitas pelo governo português aos ingleses perante o ultimato de 1890 que deitava por “água a baixo” as aspirações representadas no mapa cor de rosa. Este levantamento militar republicano contou com o apoio de um batalhão da Guarda Fiscal do Porto (Abreu, 1912).

<sup>18</sup> O lugar onde ocorreu a concentração dos revoltosos era nas imediações do Elevador da Biblioteca, Elevador da Santa Justa em Lisboa (tomava-se no Largo da Biblioteca e percorrendo um passadiço sobre Calçada de São Francisco descia-se depois no elevador propriamente dito na Praça do Município).

convencendo os militares a apoiarem a causa). Participou neste golpe o general Encarnação Ribeiro<sup>19</sup>. A revolta não atingiu o resultado esperado e foram detidos na altura mais de 120 implicados nesta tentativa de golpe revolucionário (Perfeito, 2008). Entre as principais figuras dos revolucionários que foram presos nos Quartéis da Guarda Municipal encontrava-se João Chagas, Afonso Costa e António José de Almeida. Registaram-se também nesta intentona alguns incidentes violentos entre as forças da ordem e os conspiradores. Consequentemente à tentativa de derrube da monarquia, foi assinado pelo Rei D. Carlos I (embora com alguma hesitação) o decreto de 30 de janeiro 1908, elaborado e sugerido pelo governo de João Franco (já conhecido pelas suas ações ditatoriais). A promulgação deste decreto contribuía para a intensificação da repressão por parte do governo. Previa a expulsão do País (exílio) ou a deportação para as colónias de todos os envolvidos em conspirações e que atentassem contra a segurança do Estado, quando os interesses superiores do Estado assim o aconselhassem (Portugal, Couto, & Rêgo, 2008). “Este decreto aumentou ainda mais a agitação, sobretudo nos meios republicanos e nos seus elementos mais extremistas, agrupados na Carbonária” (Portugal, Couto, & Rêgo, 2008, p. 17). Neste clima de descontentamento e de revolta dos Republicanos, D. Carlos I acabou por ter a sua vida ameaçada. O rei e o seu filho primogénito são assassinados poucos dias depois da assinatura do decreto, no dia 1 de fevereiro de 1908. Os dois homens responsáveis por este ato na Praça do Comércio em Lisboa, Manuel Buíça e Alfredo Costa, foram imediatamente mortos pelas forças que escoltavam a família real.

Sucedeu ao Rei D. Carlos I o seu segundo filho D. Manuel II. Com o novo Rei e com o governo presidido pelo almirante Ferreira do Amaral, seguiu-se um determinado rumo no sentido de restituir a ordem e assegurar a tranquilidade dos descontentes. Tentaram aumentar o apoio da população e a sua confiança na monarquia. Para tal, o governo anulou as medidas algo injustas e ditatoriais (da responsabilidade de João Franco) que mais insatisfação causavam no seio dos portugueses. Os presos políticos foram soltos e passou a ser permitida a realização de comícios republicanos. Todas estas permissões e benesses foram insuficientes para apaziguar o espírito revoltoso dos Republicanos, as conspirações<sup>20</sup> continuaram. No dia 5 de outubro de 1910 viria então a ser proclamada e instituída a 1ª

---

<sup>19</sup> Primeiro comandante-geral da Guarda Nacional Republicana.

<sup>20</sup> Apoiadas pelo Partido Republicano Português, pela Maçonaria, pela Carbonária, pelas suas ligações à Marinha (sobretudo através do almirante Cândido dos Reis e do comissário naval Machado Santos), à Guarda Fiscal (tenente Álvaro Pope), aos Regimentos de Artilharia 1 e de Infantaria 16 e a outras unidades militares.

República em Portugal e com ela assistir-se-ia à consequente extinção das Guardas Municipais.

#### **2.2.4. A Guarda Republicana (1910 – 1911)**

As Guardas Municipais de Lisboa e do Porto foram então substituídas pelas Guardas Republicanas de Lisboa e do Porto, de acordo com o decreto de 12 de outubro de 1910 (assinado 7 dias depois da instauração da República). Este decreto previa que a existência das Guardas Republicanas de Lisboa e do Porto era apenas provisória até se reunirem condições para criar a Guarda Nacional Republicana. Ou seja, este decreto preveu desde logo, para além da extinção das respetivas guardas municipais, a nomeação de uma comissão para estudar a criação e organização de um novo corpo de segurança que atuasse a nível nacional. Este viria a ser designado por Guarda Nacional Republicana. Até estarem então reunidas as condições necessárias para a conceção efetiva da GNR, o decreto estabeleceu que as provisórias Guardas Republicanas de Lisboa e do Porto haveriam de zelar pela segurança e liberdade dos cidadãos e cumprir dentro do possível com as atribuições que eram anteriormente das Guardas Municipais. Tanto a Guarda Republicana como a Guarda Nacional Republicana dependiam do Ministério do Interior de acordo com o mesmo decreto<sup>21</sup>. O general Ernesto da Encarnação Ribeiro que esteve envolvido na fracassada intentona de 28 de janeiro de 1908 e na preparação da bem-sucedida revolução republicana de 5 de outubro de 1910, foi nomeado o primeiro comandante das Guardas Republicanas e posteriormente da GNR.

Desde a sua criação, a Guarda Republicana beneficiou sempre de uma aposta forte dos Republicanos. Mais uma vez, tal como tinha acontecido na transição da Guarda Real para a Guarda Municipal, as mudanças não foram muitas. Da Guarda Municipal para a Guarda Republicana mudou a designação, o monograma, o uniforme<sup>22</sup> e a necessidade de afirmação e de realce do cariz do novo regime republicano. Os quartéis da Guarda Municipal continuaram a ser praticamente os mesmos utilizados pela Republicana. Manteve-se na sua natureza a missão, normas de conduta, legislação e determinações policiais (Andrade, 2011). Mais especificamente no Porto, os oficiais e o efetivo no geral permaneceu o mesmo. Em

---

<sup>21</sup> Anuário da Guarda Nacional Republicana de 1922, página 17.

<sup>22</sup> Mantiveram-se os tecidos, características e as cores principais. Substitui-se, no entanto, o vermelho da Guarda Municipal pelo verde dos uniformes da Republicana e da GNR. O uniforme privativo hoje utilizado pela GNR segue as pisadas e apresenta ainda muitos dos traços dos modelos das antigas Guardas Municipais (Andrade, 2011).

Lisboa já foi totalmente diferente. Existiram grandes alterações no que diz respeito aos militares (todas as classes) que ficaram colocados na Republicana de Lisboa. O entendimento era de que eram precisos homens de confiança. Assim sendo, grande parte do efetivo da Republicana de Lisboa ficou composto pelos revoltosos e fundadores da República que se concentraram na Rotunda<sup>23</sup>.

### **2.2.5. A Guarda Nacional Republicana (1911 – presente)**

Efetivamente criada no dia 3 de maio de 1911, a GNR é naturalmente semelhante em muitos aspetos à sua antecessora<sup>24</sup> que tinha um papel transitório. O decreto de 3 de maio de 1911 foi então o primeiro<sup>25</sup> de muitos que viriam a organizar e a reorganizar a Guarda Nacional Republicana de forma a que esta venha a evoluir e a sofrer as respetivas mutações até se transformar na GNR que hoje se conhece (em termos da sua organização). Ao contrário do que se verifica por exemplo com a atual Polícia de Segurança Pública em Portugal (Força de Segurança constituída por elementos civis), na GNR a aposta militar era vista na altura em que foi criada e ainda nos dias de hoje como a forma mais eficaz de organizar e disciplinar esta instituição vocacionada principalmente para a segurança interna. Instituição charneira (intermédia) entre as Forças Armadas e as Forças Policiais e Serviços de Segurança, sendo assim a única força de segurança com natureza e organização militares. Desta forma, a nomeação dos comandantes desta Força Militar de Segurança denominada por GNR, recaía em coronéis ou generais do Exército (como acontece atualmente). Dependia também, duplamente, do Ministério do Reino/Interior<sup>26</sup> (atual Ministério da Administração Interna) e do Ministério da Guerra (atual Ministério da Defesa). Esta dupla dependência é um dos aspetos mais “genuínos” da GNR e que a acompanha desde as suas origens. Com algumas modificações no que a esta dupla dependência diz respeito claro, mas esta já existia com a Guarda Municipal e também com a Guarda Real de Polícia. Assim como acontece também com todas as congéneres estrangeiras da GNR, em maior ou menor grau, com algumas

---

<sup>23</sup> Atual Praça Marquês de Pombal onde se reuniram inicialmente grande parte dos revoltosos na madrugada do dia 4 de outubro de 1910. Muitos deles foram mais tarde apelidados de “heróis da Rotunda”.

<sup>24</sup> À semelhança do que se verificava na Republicana, a GNR continuou a apostar no profissionalismo das suas tropas e no duplo cariz militar e policial. A maioria das anteriores leis, regulamentos e procedimentos policiais que constituíam o suporte e os pilares basilares da Republicana juntamente com a sua matriz militar, continuaram a sê-lo com a GNR (Andrade, 2011).

<sup>25</sup> Anuário da Guarda Nacional Republicana de 1922, página 17.

<sup>26</sup> Inicialmente denominado Ministério do Reino até que este se passou a designar Ministério do Interior com a alteração prevista no decreto de 8 de outubro de 1910. Nos dias de hoje é referido como Ministério da Administração Interna (DGLAB, 2008).

diferenças certamente, mas que não interessa para este trabalho abordar. A natureza militar e as atribuições e missão da GNR explicam esta dupla dependência. Em termos práticos, esta traduz-se no que está previsto no n.º 2 do artigo 2.º da lei orgânica da GNR (LOGNR)<sup>27</sup>.

No entanto, a GNR diferenciou-se das suas antecessoras desde logo por se alargar a todo o território nacional (aspeto implícito na nova designação desta Guarda que deixou apenas de ser Guarda Republicana para passar a ser Guarda Nacional Republicana). Isto era algo que já antes se tinha tentado implementar, nomeadamente com a Guarda Municipal, mas que nunca se concretizou realmente por razões essencialmente monetárias e de financiamento. O Regime Republicano conseguiu implementá-lo<sup>28</sup>, embora que progressivamente, ao apostar no alargamento da ação da GNR ao interior do País. Isto contribuía não só para o aumento da segurança das populações do interior (que até aqui tinham sido mais negligenciadas no que à segurança pública diz respeito) que eram na sua maioria mais rurais e menos desenvolvidas que o litoral, como contribuía também para expandir o espectro de influência dos ideais Republicanos para áreas e populações que até aqui se tinham mantido muito afastadas destes. Apesar dos esforços por parte dos Republicanos para que houvesse desde o início uma consolidação efetiva do regime, isso acabou por não acontecer. Muitos não previram que dentro do seio Republicano iriam haver divisões, ruturas e pessoas com diferentes ideais e rumos políticos a seguir (Saraiva, 1983). Para deteriorar mais a situação, ao nível nacional sucederam-se graves crises políticas e sociais que assolaram o país, e ao nível internacional deu-se a eclosão da 1ª Guerra Mundial (na qual Portugal teria um papel ativo ao participar). Foi precisamente a Grande Guerra que mais divergências políticas criou entre os Republicanos (Andrade, 2011).

### **2.3. A Guarda Nacional Republicana na 1ª Guerra (1914 – 1918)**

A participação de Portugal na Grande Guerra teve implicações indesejadas. Teve certamente repercussões negativas que afetaram não só a harmonia no seio dos Republicanos, como resultaram também em consequências nefastas para a economia e para

---

<sup>27</sup> “As forças da Guarda são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu comandante-geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência, dependendo, nesta medida, do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento” cfr n.º2 do art.º 2.º da Lei n.º 63/2007.

<sup>28</sup> Foi um processo muito lento e que demorou muitos anos a completar-se. A instabilidade que se fez sentir no início da República dificultou a implantação territorial da GNR a nível nacional. Os esforços tiveram que ser canalizados primeiramente para as grandes cidades e só depois e quando passaram a existir condições para tal é que a GNR se alastrou para a totalidade do território português.



a sociedade portuguesa. Sendo que o envolvimento num conflito destas proporções é sempre e inevitavelmente fonte de grande sofrimento e dor para aqueles que nele participam diretamente e para as suas famílias. No que à GNR diz respeito, a participação na 1ª Guerra trouxe também algumas desvantagens.

Como já tínhamos visto nos subcapítulos anteriores, desde a implementação da República que a GNR foi sempre uma grande aposta por parte dos Republicanos e consequentemente do governo. O apoio dos Republicanos não foi manifestado apenas à GNR, também apostaram na Armada. Para trás na lista de primazia ficava o Exército<sup>29</sup> (agora mais afastado de os centros de decisão), que os Republicanos associavam ao regime monárquico e temiam que continuasse a manter-se maioritariamente fiel aos ideais monárquicos (Telo A. J., 2010). A GNR desde a sua génese até ao conflito mundial acaba por funcionar “como baluarte do sistema e elemento de equilíbrio das Forças Militares da República” (Andrade, 2011, p. 62). Se o exército tinha estado por cima nos tempos da monarquia, naturalmente devido às situações e conflitos onde esteve envolvido e por as forças de segurança ainda estarem nos seus primórdios, após a implantação da República começou a ver um equilíbrio. O novo regime, agora republicano, foi responsável por seleccionar os comandantes dos quadros, atribuiu meios, missões, vencimentos e quartéis que se equiparavam ou suplantavam os do próprio exército (Andrade, 2011).

Quando no início deste subcapítulo se fala em desvantagens para a GNR derivadas da participação portuguesa na 1ª Guerra, o foco que se pretende dar remete para dois aspetos. O primeiro vai para as baixas sofridas, visto que um número considerável dos seus militares reforçou<sup>30</sup> as fileiras do Corpo Expedicionário Português (que no seu todo acabou por sofrer pesadas perdas em Flandres). O segundo assenta no facto da GNR ter perdido algum do seu protagonismo para o Exército, como não poderia deixar de ser devido ao envolvimento e empenhamento direto deste último na 1ª Guerra<sup>31</sup>. O Exército estava agora na ordem no dia e a aposta neste por parte do Regime (exemplo disso o milagre de Tancos<sup>32</sup>) foi inevitável.

---

<sup>29</sup> Entenda-se que o Exército, sendo uma força maioritariamente e tendencialmente conservadora, era dirigido por comandantes provenientes da antiga nobreza. Muitos daqueles que eram conhecidos por serem a favor e apoiantes da República, reforçaram os efetivos da GNR.

<sup>30</sup> A GNR não foi empenhada diretamente na 1ª Guerra. No entanto, sendo a GNR uma força de segurança de natureza militar, esta instituição viu alguns dos seus militares engrossarem as fileiras do CEP e combaterem lado a lado com as restantes forças militares da República empenhadas.

<sup>31</sup> Quer na defesa das colónias africanas quer em Flandres.

<sup>32</sup> Este milagre refere-se à mobilização e aprontamento dos soldados portugueses em Tancos. Em três meses fez-se algo quase impensável. Foi possível juntar 20 mil homens e treiná-los num tempo recorde. Transformou-se o polígono militar de Tancos numa estrutura capaz de formar estes vinte mil soldados para que pudessem combater junto aos aliados na 1ª Guerra. Lutaram na Flandres ao lado dos aliados frente a cinquenta mil soldados alemães (Afonso & Gomes, 2010).

A participação de Portugal na 1ª Guerra foi vista por muitos como uma manobra do regime Republicano se afirmar no palco internacional, no entanto acabou por se constituir como um dos catalisadores que levou ao fim do mesmo governo que decidiu a entrada de Portugal no conflito. Causou mais instabilidade e intensificou e evidenciou as divisões políticas já existentes entre os Republicanos. Proporcionou e levou ao surgimento de uma revolta dos militares e ao aparecimento de movimentos de regeneração social. Consequentemente e aproveitando o descontentamento de muitos, deu-se uma revolta dos militares, liderados por Sidónio Pais que a 5 de dezembro de 1917, com o apoio de muitos militares e do partido Unionista<sup>33</sup>, instaurou uma ditadura em Portugal. Esta ditadura de carácter militar, “adotou um sistema de governo presidencialista, à volta do Partido Nacional Republicano<sup>34</sup>” (Andrade, 2011, p. 62). Surgiu assim uma nova República, bastante diferente da anterior. Esta ficou conhecida por República Nova. Em 1918, as divergências existentes entre Republicanos continuaram, no entanto, a adensar-se, acabando por surgir minorias com ideais monárquicos e de cariz religioso (católico)<sup>35</sup>. Sofrendo duas tentativas de assassinato no mesmo mês<sup>36</sup>, Sidónio Pais acabaria por sucumbir à segunda, sendo assassinado a 14 de dezembro de 1918. Após o seu assassinato a instabilidade política dentro dos Republicanos, e não só, voltou a sentir-se. Deu-se uma grave crise política. Existia uma divisão e oposição forte entre o Partido Democrático (de Afonso Costa) e os antigos apoiantes e defensores do Sidonismo. A situação de instabilidade que se vivia em Portugal nesta altura foi propícia ao aparecimento de movimentos de natureza revolucionária e deram-se de facto tentativas de restauração da monarquia em Portugal por parte dos monárquicos que tentaram aproveitar este momento de inconstância, de divergências e de desentendimento político para levar a sua avante.

#### **2.4. Ambiente vivido no País (1910 – 1921)**

“A 1ª República nascia cheia de promessas, na boca dos seus promotores” (Telo A. J., 2010, p. 9). É verdade que muito do apoio de que beneficiavam os republicanos, crucial

---

<sup>33</sup> Partido que surgiu na altura da 1ª República, quando surgiram divergências e se deu uma divisão no Partido Republicano Português, da qual resultaram o Partido da União Republicana, o Partido Democrático e o Partido Evolucionista.

<sup>34</sup> Mais tarde passou a ser designado por Partido Nacionalista e era também apelidado de Partido Sidonista. Foi fundado em 1918 e era seu líder Sidónio Pais até à data da sua morte. Tinha, nesta altura, o auxílio dos Unionistas, dos Centristas, dos Monárquicos e dos Católicos. Após a morte de Sidónio Pais este partido entrou em decadência, face ao que outrora tinha sido ao ganhar as eleições com uma maioria significativa.

<sup>35</sup> Associadas e apoiantes do Partido Nacional Republicano (Sidonista).

<sup>36</sup> Primeira tentativa de assassinato deu-se a 5 de dezembro de 1918.

na subida destes ao poder e na sua manutenção no poder no início da República, provinha das grandes e pomposas promessas. Apoio popular que era fruto da propaganda republicana que afirmava acabar com todos os males que assolavam o país e que estes eram culpa do regime monárquico (Marques, 1984). Diziam então os republicanos que com a República Portugal ia finalmente alcançar a Europa e obter um lugar de destaque nesta, ia ter uma educação moderna, ia libertar-se da sufocante igreja, ia beneficiar de um forte desenvolvimento económico e social, entre muitas outras promessas que se acabaram por mostrar irrealistas. Promessas como o sonho do sufrágio universal caíram por terra logo nos primeiros meses (Telo A. J., 2010). Começaram os primeiros anos da República por serem algo atribulados dado que as exigências da ansiosa e expectante população (fações como a dos operários) eram imensas. Previamente à instauração do regime republicano, os republicanos tinham recebido o seu apoio populacional através das suas promessas e o povo queria agora ver as suas promessas satisfeitas. Há medida que os anos foram passando e que poucas foram as promessas cumpridas (como a lei da separação do estado e da Igreja) o descontentamento foi aumentando.

Sucessivos governos uns atrás dos outros, instabilidade política e descontentamento crescente, toda esta situação não era favorável aos republicanos que apostavam na GNR como forma de se protegerem de qualquer tipo de insurreição que pudesse surgir do descontentamento.

## **2.5. Início da Implantação da GNR nos meios rurais**

O estudo realizado durante a investigação permitiu e tornou possível tirar diversas conclusões acerca de diversos fatores, indo de encontro aos objetivos pré-estabelecidos no início da realização deste RCFTIA. Em relação à GNR e às suas antecessoras e no que ao campo de ação do seu policiamento e área onde exercia as suas funções diz respeito, convém dividir a análise deste em dois períodos distintos, dentro do balizamento temporal previamente estabelecido no início da realização deste RCFTIA.

Um primeiro período que vai de 1834 a 1910, no qual o campo de ação destas guardas se ficava exclusivamente pela cidade de Lisboa e mais tarde do Porto. A Guarda Republicana criada em 1910 sofreu alterações que se limitaram quase na íntegra a fardamento, designação e à substituição de pessoal, continuando a área de ação a ser a mesma das antecessoras.

Um segundo período, após a criação da Guarda Nacional Republicana, no qual estava previsto e tinha como objetivo fundamental a ampliação da área de ação da instituição, alargando a ação policial para todo o país com a criação das unidades mistas rurais.

No entanto esta expansão foi retardada por vários percalços, quer fosse devido às sucessivas reorganizações quer fosse pelas inúmeras dificuldades, obstáculos (falta de recursos essencialmente) que surgiam para criar instalações e quartéis para todos os postos

que se pretendia criar por todos os concelhos. Em 1922 ainda não estavam a funcionar 78 postos ou subpostos que deveriam estar operacionais conforme era objetivo da reorganização desse ano e do ano de 1919. E muitos dos que estavam em funcionamento apresentavam condições deficientes de alojamento principalmente nas zonas rurais. Talvez tenha sido um “salto maior que a perna” aquele que foi dado pela instituição em 1919, algo que foi de alguma forma minimamente mitigado com a reorganização redutora de 1922 (embora não fosse este o principal objetivo desta). Mesmo com a redução prevista na reorganização de 1922 continuou a estar previsto nesta o alargamento do campo de ação da GNR para o interior e parte rural do país, pois havia uma necessidade (que nunca antes tinha sido satisfeita) da população para que se realizasse este policiamento rural. Também aumentava, cada vez mais, a pressão e as constantes reclamações de corporações públicas ou particulares, pedindo a proteção das suas propriedades à GNR.

## **2.6. A Guarda Nacional Republicana no pós 1ª Guerra (1919 – 1922)**

Após o fim da República nova, voltava agora a República Velha<sup>37</sup>. As várias posições dentro dos Republicanos começaram-se a extremar-se e as pretensões monárquicas começaram a ganhar força e visibilidade (Telo A. J., 2011). Viria a surgir a famosa Monarquia do Norte<sup>38</sup>, que teve a sua origem na cidade do Porto. Nesta altura, era no Norte que existia uma maior predominância de monárquicos. A Monarquia do Norte surgiu com a revolta monárquica do Porto a 19 de janeiro de 1919. A GNR não permaneceu afastada da ribalta. Foi inicialmente afetada por esta revolução, apenas dois dias depois da mesma, quando a Junta Governativa do Reino de Portugal presidida por Paiva Couceiro, decidiu que a GNR se passaria a designar “Guarda Nacional e que o Batalhão do Porto se autonomizasse, designando-se Guarda Real do Porto” (Andrade, 2011, p. 72). Seguidamente, foi também a GNR que acabou por ter um papel crucial na derrota dos monárquicos, garantindo que o seu “reinado” fosse algo efémero. Mais precisamente, foram dois os acontecimentos dos quais a GNR tomou parte ativa e que ditaram o fim dos monárquicos no poder na zona Norte do país. Foram eles a escalada de Monsanto, em Lisboa a 24 de janeiro de 1919, e as ações que

---

<sup>37</sup> “O regime reinstalou a República Parlamentar” (Andrade, 2011, p. 72).

<sup>38</sup> Durante 25 dias, de 19 de janeiro a 13 de fevereiro, deu-se a restauração da monarquia na cidade do Porto e que se alastrou também para quase todo a zona norte de Portugal.

levaram à efetiva queda da monarquia do Norte a 13 de fevereiro de 1919, como não poderia deixar de ser.

A GNR pôs em prática as suas capacidades de uma forma eficaz, demonstrando a sua força e o seu valor, principalmente no que à defesa da República diz respeito. Fez cumprir o que estava previsto nas suas atribuições e o regime republicano reconheceu as qualidades e os esforços desta instituição. Voltaria então o regime a apostar em força na GNR após o seu desempenho na queda da Monarquia do Norte. De facto, depois da morte de Sidónio e da queda da mal sucedida Monarquia do Norte, a GNR viria a ganhar muito poder e muitos meios pois o regime republicano depositava nela a sua confiança. Neste intervalo de tempo os seus efetivos aumentaram para 14 mil homens e foi reforçada com algo que hoje em dia não possui, artilharia e metralhadoras pesadas.

O período que se seguiu foi um de “perseguição política”, se assim se pode chamar, e foi de certa forma algo severo. Os monárquicos, os antigos apoiantes de Sidónio e os republicanos que se aliaram aos sidonistas, foram perseguidos. Como refere Andrade na sua obra, apenas oito dias depois da queda da Monarquia do Norte, deu-se a “agitação democrática e popular de Lisboa” que tinha uma natureza anti – sidonista e que pretendia acabar e “apagar toda a obra do sidonismo”. Tinha como objetivos, entre outros, desarmar a Polícia Cívica e provocar a demissão do governador de Lisboa apoiante do sidonismo (Andrade, 2011). Os principais representantes do governo fugiram para o Quartel do Carmo em busca de segurança, mas tiveram mesmo assim que concordar com as exigências dos revoltosos e delegar algumas das competências da Polícia Cívica para a GNR e para a Guarda Fiscal. Com o pretendido desarmamento da Polícia Cívica, passavam agora a GNR e a Guarda Fiscal a exercer tudo ao que o policiamento dizia respeito. Segue-se novamente um período de grande instabilidade em Portugal, vários governos, civis e militares no poder, greves sucessivas e sindicatos insatisfeitos, a crise cerealífera e consequente falta de bens alimentares e até mesmo alguns ataques (que se poderiam considerar de “terroristas”) por intermédio da utilização de bombas.

Mas é neste período que ocorrem também alguns acontecimentos interessantes e importantes para a GNR, como as ações levadas a cabo pelo Tenente-Coronel Liberato Pinto, pertencente ao partido Democrático e na altura chefe do Estado-Maior da GNR. A partir do dia 20 de abril de 1919, este cria um serviço de informações (intelligence service como é designado internacionalmente) “anti-sidonista monárquico” (Andrade, 2011). Mas não foi só esta a relevância que teve este militar. Sendo esta ainda uma altura em que o apoio e aposta do regime na GNR era grande, e também uma altura em que este oficial da GNR se

evidenciava como uma figura importante e de relevo a nível nacional, acabou por ser nomeado chefe do governo (presidente do ministério agora designado por 1º Ministro) em novembro de 1920. Acumulou ainda as pastas de ministro do Interior e exerceu os cargos de ministro das Finanças e de ministro da Marinha e do Ultramar. Já nesta altura Liberato Pinto sofria pressões e apelos para que acabasse com a crescente instabilidade social (foco para as sucessivas greves e ataques com utilização de bombas) através de uma ditadura (aliado à governação militarizada).

Mas tal nunca chegou a acontecer e Liberato Pinto manteria as suas funções até março de 1921 (Telo A. J., Primeira República II - Como Cai Um Regime, 2011). Após cessar as funções no governo, acabou sendo destituído da chefia do Estado-Maior da GNR devido à manifestação de todo o seu descontentamento<sup>39</sup> perante o novo governo. Esta contestação face ao novo governo valeu-lhe também uma condenação com direito a pena de prisão. Quer a forçada demissão de Liberato Pinto quer a sua encarceração, foram catalisadores para a grande agitação e descontentamento que se vieram a sentir dentro da GNR e do Partido Democrático. Por sua vez, este descontentamento iria levar a mais uma série de intencionalidades e de movimentos revoltosos contra o governo no poder, sendo que a mais infame e mais conhecida é a Noite Sangrenta<sup>40</sup> de 19 de outubro de 1921. O descontentamento de vários setores afetos a Liberato Pinto, derivado da sua pena de prisão, incluindo a GNR, levou a que estes tomassem parte ativa na revolução outubrista de 1921. Os principais intervenientes nesta revolução foram de facto a GNR, a Marinha e civis. Esta

---

<sup>39</sup> Contestou abertamente o novo governo e promoveu dentro da GNR certos atos que foram considerados pelos governantes como sendo atos de indisciplina.

<sup>40</sup> A noite de 19 de outubro de 1921 ficou marcada por vários assassinatos em Lisboa, na sua maioria personalidades ligadas ao sidonismo. Foram assassinados António Granjo (presidente do ministério que havia no dia anterior apresentado a sua demissão), o almirante Machado Santos (um dos “heróis da rotunda” na implantação da República no 5 de outubro de 1910), o oficial da Marinha Carlos da Maia (comandou forças da Marinha na revolta de 5 de Outubro de 1910), o comandante Freitas da Silva (chefe de gabinete do ministro da Marinha), o Coronel Botelho de Vasconcelos (antigo ministro de Sidónio) e o motorista Jorge Gentil (acabou assassinado por condenar o massacre à frente dos revoltosos). Esta tragédia constituiu de facto o episódio mais negro da história da 1ª República devido ao seu caráter sanguinário e aos crimes de ódio que nela foram cometidos. Foi algo inesperado pois tendo em conta a forma como tinha corrido o golpe de outubro de 1921, pouco ou nada levava a acreditar que fosse possível este escalar de violência. Após uma revolução outubrista bem-sucedida e pacífica dentro do possível (apenas um ferido), liderada pelo coronel Manuel Maria Coelho (o ainda jovem tenente Coelho que participou no 31 de janeiro de 1891 no Porto) e que assistiu tal como era desejado a uma resignação do presidente do ministério que anuiu às exigências realizadas e que decidiu demitir-se, seguiu-se a fatídica noite. Um grupo constituído na sua maioria por elementos da GNR e da Marinha, mas que contava também com elementos do exército e com alguns civis também eles armados, transportados pela conhecida “camioneta-fantasma” fuzilaram e assassinaram brutalmente os seus alvos, sempre instigados pelo militar da marinha Abel Olímpio (o “Dente de Ouro”). Este militar chefiava o grupo de insurretos e apelava à violência fazendo alegações duvidosas e que não correspondiam à verdade conforme afirmam algumas testemunhas.

revolução e consequente vitória militar deu origem a uma indefinição política sendo que não havia entendimento sobre quem deveria formar e constituir novo governo (Andrade, 2011).

Foi neste período de indecisão que surgiu a infame Noite Sangrenta. Esta, associada à revolução outubrista, marcariam a República pela negativa e dariam início a um período de crescente decadência da República e da GNR. A GNR deixaria de estar por cima e na ribalta para começar a entrar num período algo negro da sua história. Período negro porque este declínio da instituição se iria manifestar com a reorganização da GNR de 1922 que visava reduzir drasticamente os seus efetivos e extinguir algumas unidades bem como acabar com a artilharia e a grande maioria das metralhadoras pesadas. Foi um grande golpe para a instituição que perdeu bastante força e meios como era pretendido pelo regime agora vigente.

## **2.7. A Guarda Nacional Republicana no final da 1ª República (1922 – 1933)**

Se após o fim do Sidonismo e da Monarquia do Norte a GNR esteve na ribalta e tornava-se uma força mais poderosa até que o próprio exército a dada altura (em determinadas circunstâncias, servindo de contraponto com este), esta situação não se manteria na próxima década. O equilíbrio que existia entre as forças da República, fruto desta aposta dos republicanos na GNR para que pudesse estar a par do Exército, estava prestes a terminar. Houve uma grande aposta do regime na GNR e registou-se uma ascensão clara desta instituição com o reforço dos seus efetivos, meios e armamento. No entanto, após a revolução outubrista e a Noite Sangrenta, começou um período de declínio da GNR no qual foram tomadas várias medidas reformistas (e reducionistas) pelo governo, com o intuito de retirar algum do poder que a GNR tinha de forma a que não se voltassem a repetir situações como o massacre da tal fatídica noite (Telo A. J., 2011).

Retiravam então do seio da GNR algumas unidades e militares radicais que haviam estado relacionados com os distúrbios de 1921, reduzindo assim a probabilidade de a GNR voltar a manifestar o seu descontentamento através de insurreições militares e de revoltas violentas. Mas não era só por esta razão que o regime passou a aplicar medidas que reduziam os efetivos e meios da GNR. Era também intenção do regime agora vigente, enfraquecer o poder da Guarda de modo a ir ao encontro das intenções e desígnios do Exército português. O Exército que depois da primeira guerra e após o fim do sidonismo tinha sido algo negligenciado (no sentido que o governo preferia apostar na GNR em detrimento do Exército), sentia-se ressentido pelo crescente poder da GNR que tinha beneficiado de uma confiança quase inabalável dos Republicanos nos últimos tempos. Os comandantes do

Exército não se sentiam “confortáveis” com a excessiva capacidade militar da GNR que tinha vindo a crescer cada vez mais. Era do seu interesse que este equilíbrio que existia agora com a GNR em termos de poder, fosse destabilizado de forma a que voltasse o Exército a ficar por cima como em tempos anteriores já tinha sucedido, inclusive antes da implantação da República.

Como foi referido nos subcapítulos anteriores, os republicanos acabados de chegar ao poder em 1910, não confiavam no exército por serem tendencialmente mais conservadores e não estarem maioritariamente ligados aos ideais republicanos (muitos oficiais eram adeptos da antiga monarquia e dos ideais que esta representava). Assim começou a aposta na GNR para contrabalançar o poder do Exército. Este balancear das duas forças militares foi mantido até agora. Estas medidas anteriormente referidas representavam o final deste equilíbrio entre as duas forças. Estas medidas redutoras e reformistas foram assim tomadas em 1922. Nestas condições, apesar de todas as desconfianças que os Republicanos sempre tinham tido em relação ao Exército desde a implantação da República, acabavam por permitir que a GNR deixasse de ser vista como um potencial rival do Exército. O Exército deixava de ter agora um competidor ou um adversário à altura no que diz respeito à segurança das instituições do Estado e à conservação da ordem e segurança nas ruas.

Com o passar dos anos o declínio da GNR iria acentuar-se ainda mais e ia acabar por perder ainda mais poder com a instauração da Ditadura Militar a 28 de maio de 1926. O regime republicano acabou por ir criando as condições para a instauração da Ditadura Militar, ao deixar essa possibilidade nas mãos dos comandantes do Exército quando enfraqueceram a GNR ao ponto de que esta pouco ou nada podia agora fazer para os impedir de levar a cabo esta mudança. Para além do mais, já há algum tempo (pelo menos desde que Liberato Pinto foi chefe do governo) que existiam apoiantes da ideia que se deveria instaurar uma ditadura para voltar a dar alguma calma e estabilidade política ao país e consequentemente melhorar a qualidade de vida dos portugueses. Ou seja, a possibilidade de se efetivar este acontecimento não era totalmente inesperada e o enfraquecimento da GNR abriu as portas para a concretização desta mesma possibilidade. A resistência encontrada face à instauração da Ditadura Militar acabou por ser quase insignificante ou inexistente. A GNR enfraqueceu e não teve muito apoio do governo ao invés do que se verificava no Exército que tinha agora alguns dos seus representantes e comandantes como governantes e como tal a aposta do regime militar no Exército era um dado adquirido. No regime ditatorial, os efetivos da GNR acabam por ser diminuídos para cerca de um terço e muitos dos militares



retirados à GNR vão incorporar a recém-criada Polícia de Segurança Pública (Andrade, 2011).

Melindrada por esta perda de meios e efetivos e também por não mostrar qualquer afinidade para com este nova Ditadura, a GNR juntamente com a Marinha (com o apoio de outros ligados a diversos setores republicanos) tentam o “revirinho”. Este movimento revirinhista durou de 1927 até 1931 após várias intentonas, tendo sido a última a 26 de agosto de 1931. Não foi bem-sucedido este movimento revirinhista que resultou numa reação ainda mais enérgica do regime face ao espírito revoltoso da GNR. Novas medidas seriam tomadas e a seria feito um intensivo “saneamento político” dentro da GNR. Com o passar dos anos, isto resultaria na conversão da GNR numa força leal ao regime. Esta lealdade iria acentuar-se progressivamente com o passar dos anos, sendo que em 1933 a lealdade desta Guarda ao Estado Novo era quase absoluta.

Durante o longo reino do regime ditatorial em Portugal, tanto a GNR como a Guarda Fiscal como a PSP e mais tarde a Legião Portuguesa, “desempenharam um papel em grande desequilíbrio face à hegemonia do Exército<sup>41</sup> na sociedade nacional” (Andrade, 2011, p. 110). Mas começava um novo período na história da GNR, período esse que viria a ser marcado por diversos eventos e episódios de grande destaque. Foi, pois, a partir de 1927, que a GNR começou finalmente a apostar num processo de ruralização (sem nunca perder a vertente de vigilância e atuação urbana e citadina) e a expandir-se para o interior do país, procurando atuar em todo o território nacional (na sua generalidade) como já era objetivo desde os seus primórdios (em 1911 procurou-se esta expansão da GNR por toda a quadricula nacional, mas sem sucesso). Mas este processo de ruralização e de expansão para todo o território nacional e consequentemente para o interior do país (que pouco ou nada tinha sentido até aqui a presença de forças de segurança), só foi completado efetivamente no Estado Novo. Foi aí, com António de Oliveira Salazar no poder, que se intensificou este “abraçar” das regiões rurais por parte da GNR como se verifica nos dias de hoje. A disposição territorial da GNR em Portugal como hoje a encontramos, teve a sua origem neste período (1927 – Estado Novo).

---

<sup>41</sup> Sem nenhuma força que rivalizasse o Exército, o regime conseguiu ficar no poder até ao 25 de Abril de 1974.

## **CAPÍTULO 3**

### **A Guarda No pós Grande Guerra (1919-1921)**

#### **3.1. Introdução**

Nesta introdução a este capítulo, pretende-se efetuar um apanhado e um resumo de algumas informações importantes e explicadas com mais detalhe no capítulo anterior. Também deve a introdução deste capítulo dar uma visão geral sobre o que neste capítulo aqui se vai abordar.

A escolha deste período denominado “pós grande Guerra” ou “pós 1ª Guerra Mundial” e o foco específico no ano de 1919, deve-se à ocorrência de eventos importantes ao nível da Instituição e que a marcaram para sempre, de forma indelével. Trata-se do ano em que a GNR teve o maior efetivo de sempre, entre outros aspetos relevantes. Foi um ano muito particular, em que Portugal conheceu uma guerra civil e uma mudança de regime. Após o assassinato de Sidónio País assistiu-se à transição da República Sidonista para a "Nova República Velha". A GNR, como não poderia deixar de ser, esteve no centro destes acontecimentos e sofreu igualmente profundas mudanças.

Estas mudanças, foco do estudo que se pretendeu desenvolver neste RCFTIA, estão relacionadas com a perturbação interna, estão ligadas ao regresso do CEP após a participação portuguesa na Grande Guerra e estão associadas à necessidade de encontrar ocupação para os militares desmobilizados que acabaram por integrar os corpos da GNR. Após o término da Guerra, e na sequência da reativação do processo de implantação territorial da GNR, deu-se uma grande preferência aos militares provenientes do CEP ou que tivessem defendido as colónias, tendo sido mais de 400 os militares incorporados nestas circunstâncias (Moura, 2016). Outras alterações estão ainda ligadas à mudança do papel da GNR no sistema de segurança interna (SSI). É necessário entender o SSI em duas vertentes: uma que é a tradicional, ligada ao sentimento de segurança, tranquilidade e manutenção da ordem interna, embora este conceito em 1919 tivesse um significado muito diferente daquele que tem hoje; outra, mais ampla, está relacionada com o papel da GNR no equilíbrio de forças que assegura a continuidade do regime. Como muitas destas mudanças são esboçadas em 1919, mas só se concretizam depois, é de interesse prolongar o estudo sensivelmente até 1922, de uma forma mais aprofundada, e até 1933, de uma forma menos aprofundada.

Num segundo plano, neste capítulo faz também todo o sentido que o investigador se debruce sobre alguns acontecimentos anteriores ao ano de 1919, para entender as causas e razões que levaram às mudanças desse ano, sendo necessário compreender e fazer referência, ainda que com menos profundidade, à participação de Portugal na Grande Guerra e até a alguns acontecimentos anteriores a esta. Os factos anteriores a 1919 e ao período de pós 1ª Guerra que são neste capítulo abordados e referidos foram já previamente explicados de forma mais pormenorizada no capítulo anterior que forneceu o tal enquadramento histórico. O mesmo se aplica para acontecimentos futuros. Ou seja, alguns acontecimentos que são aqui referidos e que remontam para períodos posteriores a 1922 ou 1923, podem ser encontrados no capítulo anterior onde foram abordados e explicados com mais algum detalhe de forma a que se tenha uma visão mais holística e sequencial do encadeamento histórico.

Assim sendo, e indo ao encontro do acima referido, foi apresentado inicialmente, e de uma forma mais sumária, o período pré Grande Guerra, onde se analisou as origens da GNR e o equilíbrio de forças que foi existindo, ao longo das várias décadas, entre o Exército e a GNR. Uma vez aplicada a reforma de 1911 (Decreto de reorganização do exército), a República esperava ter umas forças armadas de sua confiança, mas a realidade mostrar-se-ia muito diferente (Telo A. , 1980) sendo várias as razões que contribuíram para o falhanço da República na reestruturação do exército. Talvez este contexto ajude a perceber porque é que, de facto, no início do regime republicano a aposta na GNR tenha sido tão significativa. Foram atribuídos meios, missões, vencimentos e quartéis que se equiparavam ou suplantavam até os do próprio exército, tendo como um facto que os Republicanos apostaram mais na GNR e na Armada nesta altura, ao invés de apostarem no Exército, por razões políticas intimamente ligadas à desconfiança dos Republicanos em relação ao Exército e aos seus ideais maioritariamente monárquicos (Andrade, 2011). Os Republicanos previam e desconfiavam que o Exército se manteria maioritariamente fiel a esses ideais o que tentaram obviar através da reforma anteriormente referida. Esta desconfiança tinha toda a razão de ser, pois o Exército neste período era uma força conservadora, chefiada por oficiais que na generalidade provinham da antiga nobreza (Andrade, 2011), sendo que as ideias conservadoras se espalharam pela recém criada Escola do Exército, ao ponto de os cadetes formados a partir de 1915 serem geralmente anti-republicanos e não os “oficiais” modelo que o regime tinha preconizado (Telo A. , 1980). O grupo dos oficiais com maior fervor republicano, tinham já reforçado os efetivos da GNR (Andrade, 2011).

A participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial provocou ruturas profundas nos republicanos. Em ambiente de guerra, o Exército, que desde o início da República tinha

tido uma presença discreta, vai agora emergir e ganhar protagonismo. Os seus oficiais voltam a estar na ribalta (Andrade, 2011). “Até ao conflito mundial a GNR funcionou como baluarte do sistema e elemento de equilíbrio das Forças Militares da República” (Andrade, 2011, p. 62). Ora bem, desde que havia começado a 1ª Guerra Mundial e nos anos que se seguiram a esta, a GNR foi progressivamente deixando de ser capaz de se opor ao Exército e de assegurar este equilíbrio de forças, acabando este por surgir então um desequilíbrio que estaria intimamente relacionado e se pode dizer que resultou de certa forma na instauração da ditadura militar algum tempo mais tarde, em 1933 (Estado Novo).

O anterior afastamento do Exército do poder e dos centros de decisão nos primeiros anos da República começou a desvanecer-se com a participação nacional no conflito. O protagonismo e participação do Exército no conflito, contrariamente ao não empenhamento direto (alguns militares da GNR engrossaram as fileiras do CEP) da GNR no conflito mundial, contribuíram para reforçar a posição mais desfavorável do Exército nos centros de decisão. Mais tarde deu-se a revolta militar de Sidónio País que instaurou uma ditadura de cariz militar e o novo Exército torna-se o melhor símbolo e sustentáculo da “República Nova”. Foi afastado do policiamento das ruas sendo entregue à polícia a manutenção da ordem na capital, enquanto na província se reforçava a GNR (Telo A. , 1980). Sidónio Pais foi assassinado a 14 de dezembro de 1918, seguindo-se uma grave crise política e um ambiente de instabilidade que foi aproveitado pelas fortes minorias monárquicas. Várias insurreições em Portugal e na região norte do país acabou por ser instaurada a chamada “Monarquia do Norte”, em 1919.

A GNR foi, então, chamada a intervir em defesa da República e não desapontou os Republicanos. A ação da GNR foi determinante para pôr fim à monarquia do Norte. Esta capacidade e lealdade evidenciadas pela GNR na defesa da República voltou a pôr esta força de segurança na ribalta e levou o regime a apostar em força na GNR, após o período da Grande Guerra (Andrade, 2011). Esta aposta traduziu-se no crescimento do seu efetivo, no reforço do armamento e no seu dispositivo territorial (Telo A. J., 2011).

Seguiu-se um clima de descontentamento e de instabilidade governativa ao qual se juntaram sucessivas insurreições, revoltas, greves, e muitos outros fatores que se constituíram como os catalisadores responsáveis pelas mudanças sofridas na estrutura e organização da GNR na época (Andrade, 2011). Porém, a revolução “Outubrista” de 1921 e ainda a infame noite sangrenta que se seguiu, foram sim cruciais e ditaram o declínio da GNR nos anos seguintes (levaram à reorganização da GNR em 1922). Interromperam o

crescimento da GNR e estiveram por trás do início do seu período de decadência e mais tarde do final da 1ª República (Cezerales, 2011).

### **3.2. Final da 1ª Guerra**

Sendo o grande foco deste RCFTIA o período pós 1 Guerra Mundial, o investigador propôs dar especial ênfase ao período compreendido entre 1919 e 1921. Todavia, dentro deste período, é o ano de 1919 que mais interessa em termos de mudanças organizacionais de grande envergadura na GNR. Pode-se ir mais longe referindo mesmo que é neste ano que se dá a maior mutação de sempre da história da GNR no que à sua organização diz respeito. Esta transformação refletiu-se no aumento dos meios disponíveis, armamento, efetivo entre outros que serão explanados mais à frente. Mas o que causou esta modificação drástica na GNR? Sem dúvida que esta modificação resultou de decisões que foram tomadas na altura pelos governantes que pretendiam defender os seus interesses e os da República, no que à sua sobrevivência e permanência no poder diz respeito.

E realmente, quando começou a cessar o apoio e esta aposta dos governantes republicanos na GNR, logo se criaram as condições que iriam ditar o fim da 1ª República. Mas qual era a fonte e qual o porquê desta tão grande e quase inabalável confiança do regime na GNR? O regime acreditava que a chave para a sua sobrevivência tinha fundamento na GNR e que esta instituição iria permitir a sua defesa face às previsíveis tentativas de insurreição que poderiam e iriam sem dúvida surgir nos primeiros anos de existência da República, que foram de facto atribulados. Sensivelmente entre 1911 e 1921, esta relação quase “simbiótica” existente entre o regime e a GNR deu os seus frutos. Gradualmente o regime foi atribuindo mais meios, mais armamento e mais efetivo a uma GNR que progressivamente foi também ela posta à prova e por diversas situações defrontou os inimigos da República de uma forma eficaz, saindo vitoriosa.

Não desfraldou as expetativas dos republicanos e estes continuavam a apostar assim no seu “cavalo” vencedor. Foram, portanto, vários os episódios nos quais a GNR se destacou pela positiva no seu papel de força de segurança eleita para lidar com os rebeldes e revoltosos, mostrando ser decisiva para a defesa da República durante esta primeira década da sua existência. Fala-se claro das várias resistências e insurreições monárquicas e mesmo das dissidências dentro do seio republicano que criaram situações nas quais a GNR foi chamada a intervir, tendo sido as suas atuações na Escalada de Monsanto e face à Monarquia do Norte talvez as de maior relevo no que à defesa da República diz respeito. Foi por causa

da forma exemplar<sup>42</sup> como a GNR respondeu perante estas adversidades que permitiu à instituição ganhar o apoio e confiança do regime republicano que respondeu (reconhecendo o esforço da GNR) da forma referida anteriormente, aumentando os efetivos, meios e armamento permitindo uma maior capacidade de intervenção desta força e transformando-a numa autêntica guarda pretoriana do regime republicano (grande confiança nesta ao contrário da polícia cívica). A GNR não só cumpria com o que lhe era exigido e era sua missão como colaborava também com a Polícia Cívica e com a Guarda Fiscal, sendo que esta grande reorganização da GNR ditou que a GNR ganhava uma nova atribuição relativa à atuação da GNR em casos de manutenção de ordem pública com o objetivo que concorria claro para o impedimento da realização de insurreições e grandes ajuntamentos de caráter revoltoso face ao regime republicano.

Já se viu como a GNR conseguiu o apoio e confiança do regime que iria resultar nesta reorganização de maio de 1919. Começa-se a perceber agora também a grande dimensão desta reorganização, única na história da GNR exatamente devido às suas proporções. Mas no que consistiu exatamente esta reorganização e quais os aspetos mais importantes da mesma para a instituição? Quem tratava agora do recrutamento e dispensa dos oficiais da GNR era, exclusivamente, o comandante-geral que usufruía nesta altura do voto de confiança dos republicanos após verificada e testada a sua lealdade. A constituição da GNR sofreu algumas mudanças, sendo que se registou agora na nova constituição a existência de 1 comando – geral (Quartel do Carmo), 1 companhia (comp.) de telegrafistas de campanha, 1 grupo de baterias de artilharia de campanha, 5 esquadrões de cavalaria, 1 batalhão (bat.) de metralhadoras pesadas, 12 bat. de infantaria e 4 comp. mistas de infantaria e cavalaria. Em relação à implantação no terreno do efetivo e à sua distribuição por cada uma destas unidades, a reorganização de 1919 contemplou o seguinte de acordo com o Decreto de 10 de maio de 1919, número 5787-4S (Póvoa, 2013):

---

<sup>42</sup> De referir que nem todos os militares da GNR se encontravam do lado dos defensores da República e nem todos haviam defendido o regime de forma fervorosa. Embora o grosso da GNR tivesse permanecido fiel ao regime vigente, alguns dos seus militares apoiaram ou colaboraram direta ou indiretamente com os revoltosos monárquicos. Mesmo assim a confiança na GNR por parte do regime não abalou, pois, a GNR foi tomando várias medidas de forma a castigar ou a punir quem, dentro da instituição, apoiava os monárquicos desde aqueles que simplesmente mostravam ser a favor das insurreições monárquicas até aqueles que estiveram diretamente envolvidos nas mesmas. Seguindo esta lógica, em relação àqueles que defenderam a República face aos monárquicos, foram muitos os que acabaram sendo recompensados com louvores, licenças por mérito, promoções e até promoções a título póstumo nalguns casos (Ordens à Guarda a partir de junho de 1919). Existiram ainda também vários incentivos atribuídos aos que combatessem os monárquicos, através de aumentos e outras gratificações (Póvoa, 2013).

Tabela nº1

<b>Distribuição</b>	<b>Oficiais</b>	<b>Praças</b>	<b>Total</b>
<b>Companhia mista de Telegrafistas</b> (Lisboa)	7	236	<b>243</b>
<b>Grupo de Baterias</b> (em Lx.)	15	405	<b>420</b>
<b>5 Grupos de Esquadrões</b> (4 em Lx. e 1 no Porto)	90	2330	<b>2420</b> (dos quais 2250 de cavalaria)
<b>Bat. 1</b> (5 Comp. em Lx., sendo uma rural em Torres Vedras)	40	1473	<b>1513</b>
<b>Bat. 2</b> (4 Comp. em Lx.)	35	1235	<b>1270</b>
<b>Bat. 3</b> (4 Comp. e banda de música em Lx.)	35	1227	<b>1262</b>
<b>Bat. 4</b> (Lx., Arco do Cego)	33	1141	<b>1174</b>
<b>Bat. 5</b> (com 4 comp. em Lx., Campolide)	35	1131	<b>1166</b>
<b>Bat. 6</b> (com 4 comp. e banda de música em Lx., Ajuda)	34	1182	<b>1216</b>
<b>Bat. 7</b> (com 4 comp. e banda de música no Porto, sendo uma rural em Ermezinde)	35	1267	<b>1302</b>
<b>Bat. 8</b> (com 4 comp., duas delas mistas, no Porto)	35	1263	<b>1298</b>
<b>Bat. 9</b> (com 4 comp., em Portalegre, Leiria, Castelo Branco e Santarém)	21	964	<b>985</b>
<b>Bat. 10</b> (com 4 comp. em Évora, Beja, Faro e Setúbal)	21	1186	<b>1207</b>
<b>Bat. 11</b> (com 4 comp. em Viseu, Aveiro, Coimbra e Guarda)	20	1001	<b>1021</b>
<b>Bat. 12</b> (com 4 comp. em Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança)	19	847	<b>866</b>
<b>Bat. de metralhadoras</b> (em Lx.)	19	417	<b>436</b>
<b>4 comp. mistas das ilhas</b>	8	402	<b>410</b>
<b>Total</b>	<b>502</b>	<b>17707</b>	<b>18209</b>

Fonte: Anuário de 1922

Embora a organização da Guarda se mantivesse em parte semelhante à situação em que se encontrava antes desta reorganização<sup>43</sup>, é certo que toda a estrutura da GNR mudou muito e isso é incontestável quando analisamos dados como a nova distribuição do efetivo da GNR que compreende números muito superiores aos que existiam previamente a esta. Mas como já foi referido, não é de destacar apenas este aumento de efetivo que reforçava e aumentava consideravelmente o número de militares em todos os distritos<sup>44</sup> do país e nas ilhas (de cerca de 6000 para 19000 militares aproximadamente<sup>45</sup>). Esta nova estrutura da GNR compreendia também as tais novas valências associadas a um aumento de armamento e de capacidade desta força. Ou seja, para além do aumento de efetivo em relação ao previsto nas reorganizações da GNR de 1911 e 1913, os efetivos que desempenhavam funções operacionais no terreno já não se dividiam apenas por infantaria, cavalaria<sup>46</sup> e pelas outras tarefas de apoio. Em 1919 passavam-se a dividir também pela artilharia, operadores de metralhadoras pesadas e ligeiras, operadores telegrafistas sendo estas as principais

---

<sup>43</sup> Em traços gerais, cada uma das companhias estavam distribuídas por um determinado distrito, estas por sua vez dividiam-se em secções que por se dividiam em postos.

<sup>44</sup> Não é surpreendente que esta distribuição não esteja equiparada e igualmente distribuída por todos os distritos. Naturalmente existem distritos como o de Lisboa e o do Porto que pela sua natureza exigem mais efetivo para que se consiga nestes cumprir a missão da GNR, ao contrário do que se verifica no distrito de Évora por exemplo. No entanto, ao atentar e verificar a reorganização de 1919 e consequente distribuição de efetivos algo surge e chama a atenção imediatamente. O efetivo afeto ao distrito de Lisboa é o mais numeroso e faz sentido que o seja, mas a diferença existente entre a dimensão deste efetivo para a dos restantes efetivos dos outros distritos é quase abismal, se assim se pode dizer. Mais de 50% do efetivo de da GNR encontrava-se agora colocado na capital do país. Embora esta diferença seja vista por muitos como desmedida ou exagerada tendo em conta as necessidades dos restantes distritos, é importante referir que parte da grandeza destes números tem justificação plausível, como não poderia deixar de ser. É preciso atentar nos pormenores por trás deste incrível número de efetivos atribuídos à capital, que embora possam não justificar completamente a sua grandeza, permitem no mínimo verificar o porquê de Lisboa ter de ter mais efetivo que o resto do país. Primeiro que tudo as razões políticas e o valor estratégico de Lisboa. Se Lisboa caísse nas mãos de revoltosos, monárquicos por exemplo, era o fim do regime vigente porque ao cair Lisboa o resto do país se seguiria como aconteceu com a implantação da república. A capital é o ponto mais sensível a proteger e é provavelmente o alvo mais apetecível no que a insurreições diz respeito. Em segundo lugar, mas não menos importante, temos outro fator, este mais apalpável e menos questionável. Em 1919, após a reorganização, é em Lisboa que se encontram aquarteladas certas valências especializadas da GNR como a companhia de telegrafistas de campanha, o grupo de baterias de artilharia de campanha, os esquadrões de cavalaria, o batalhão de metralhadoras pesadas e seis batalhões de infantaria, que apenas existem neste distrito. É em Lisboa que se encontram, num certo estado de prontidão, com o objetivo de serem projetados e empenhados em qualquer parte do país seja devido a situações de manutenção de ordem pública ou seja por causa de outras situações que devido à sua natureza mais particular necessitem desta atuação especializada. Ainda em 1919, devido aos elevados custos que acarretavam tendo em conta as poucas vezes que eram solicitados os seus serviços, tanto o batalhão de metralhadoras pesadas como o grupo de artilharia acabariam por ser extintos. Os efetivos, meios e armamento acabaria por ser distribuídos por outras unidades e alguns por constituir secções operacionais nos batalhões de Lisboa. Independentemente desta análise e procura de uma resposta acerca do porquê deste efetivo ser tão imenso, os efeitos causados por este aumento de efetivo na capital eram notórios e irrefutáveis. O policiamento da capital era agora realizado de uma forma muito mais acentuada e profunda como nunca antes tinha sido.

<sup>46</sup> Se nas organizações da GNR de 1911 e 1913 não estava prevista existência de cavalaria em todos os distritos, essa realidade inverteu-se também com esta reorganização de 1919 que passou a contemplar a presença de efetivos de cavalaria em todos os distritos.



novidades. Fala-se então de cerca de mil militares afetos a estas novas valências como a artilharia, telegrafistas, metralhadoras pesadas e metralhadoras ligeiras que são uma novidade nesta nova GNR. De referir também que foi com esta reorganização que a capacidade de manobra da GNR aumentou consideravelmente com a introdução na instituição dos automóveis, camiões, autocarros, ambulâncias, motocicletas sem e com carro lateral, cavalos e muares de carga. Associados a estas novidades, chegaram à GNR militares especializados em certas funções como motoristas, eletricitas, motoristas (choufeurs), mecânicos, entre outros, sendo que em 1919 chegou a ser criada uma unidade de transportes que geria e tratava da utilização destes meios auto.

O Ministério do Interior (assim designado nesta altura) apresentou um orçamento na ordem dos quatro milhões de escudos sensivelmente, para realizar esta reorganização. Contemplava os aumentos salariais e subsídios aos militares da guarda, aumentos esses que, mais uma vez, visavam também a equiparação com a situação salarial existente no exército. O grosso deste valor estava, no entanto, associado à construção ou recuperação de estruturas que servissem para instalar os militares da Guarda sendo que o efetivo aumentou bastante com a reorganização e eram necessários novos quartéis. Começando no ano de 1919, após a reorganização, começam-se a criar-se condições para que esta possa de facto ser concretizada o mais rapidamente possível e faz-se um esforço no sentido de criar os tais novos quartéis e instalações por todo o país. Sendo que na capital este esforço tem de ser maior devido à necessidade de criar aquartelamento para as novas unidades e que consigam albergar o elevado efetivo destinado a Lisboa. A GNR começava finalmente a criar condições para poder atuar e estar presente em todo o país como sempre foi seu objetivo. A instalação de postos e subpostos em localidades rurais no interior do país mudou completamente o panorama vivenciado nestas localidades que nunca tinham presenciado a atuação constante de forças de segurança perto das suas casas. Mas a GNR não se ficava apenas por esta progressão territorial, em termos de policiamento, para o interior do país e para as partes mais rurais. Atingia também as ilhas através da criação e instalação da companhia do Funchal<sup>47</sup> e da companhia da Angra do Heroísmo<sup>48</sup>. Embora estivesse prevista na reorganização da GNR a criação de inúmeros postos e subpostos em muitas localidades do país que nunca antes haviam sido policiadas de forma contínua ou nunca haviam sido policiadas sequer, este projeto acabou por se mostrar demasiado ambicioso para aquela que

---

<sup>47</sup> Criada no dia 1 de dezembro de 1919.

<sup>48</sup> Criada no dia 26 de fevereiro de 1920. Muitas dos objetivos previstos com a reorganização de 1919 só foram sendo concretizados nos anos seguintes.

era a realidade financeira de Portugal. Sendo que as mudanças anunciadas em 1919 foram sendo postas em prática nesse ano e nos anos seguintes, antes da reorganização de 1922 (ao contrário da de 1919 tinha um carácter redutor), nem tudo o que estava previsto se concretizou ou se manteve. A título de exemplo encontra-se a situação nas ilhas, que tinham sido contempladas com a criação de duas companhias, que resultou na extinção das duas companhias com a reorganização redutora de 1922.

A “guarda pretoriana” do regime, metaforizando novamente, passou a ser então nestes primeiros anos da República, uma força de segurança musculada e de eleição da República, agora com atribuições e valências no que diz respeito à manutenção de ordem pública e com efetivos e armamento que lhe permitia equipar-se ao próprio exército como era objetivo do regime vigente. É preciso referir que existiram fatores que permitiram ou de certa forma facilitaram esta reorganização tão radical tendo em conta aquela que era anteriormente a realidade da Guarda. Um destes, é certamente o fator contextual e de oportunidade, que se compreende ao se verificar as circunstâncias vividas em Portugal em 1919. Ora em 1919 Portugal atravessava um período de pós-guerra na qual tinha empenhado muitos militares, nos contingentes para Flandres e para o Norte de África, como não poderia deixar de ser uma vez que Portugal participou diretamente no conflito junto dos seus aliados. Após final da 1ª Guerra Mundial (terminou em 1918), o CEP (corpo expedicionário português) que havia sido empenhado e mobilizado para Flandres, retornava agora a Portugal e um número significativo dos seus militares ingressava na GNR. Antes da guerra, a infantaria da GNR estava armada com a espingarda Kropatchech e a cavalaria com a carabina Mannlicher. Depois da guerra e a partir de 1919 sensivelmente, com a vinda do CEP e do seu material bélico e inclusive material bélico inglês, começou a dar a substituição e respetivo “update” do armamento da GNR (que era antiquado). Começou então a ser substituída a espingarda utilizada pela infantaria da GNR, pela espingarda Lee-Enfield 7,7. No entanto em 1922 a substituição ainda não tinha sido completamente terminada e ainda havia algumas companhias rurais que faziam serviço com a Kropatchech. De resto, em termos de armamento, as comp. de infantaria tinham também distribuída a metralhadora ligeira Lewis enquanto que as secções de metralhadoras pesadas estavam armadas com a Vicker's. A pistola usada pelo dispositivo era a Savage e em certos serviços as praças de cavalaria usavam o revolver Abbadie.

### 3.3. O declínio da GNR

Desta feita, foram referidos e analisados os acontecimentos que o investigador considerou como sendo aqueles que são de maior importância e que estão diretamente relacionados com o aumento de confiança na GNR por parte do regime e na consequente reorganização de 1919 (Barreiros, 2015). Fazendo referência ao famoso dizer popular, quanto mais alto é o salto maior é a queda, e foi isso que veio a acontecer. Interessa referir que foi também a partir de 1921 que se sucederam outro tipo de episódios que obrigavam agora os republicanos no poder a agir “contra” a GNR e a retirar-lhe meios, armamento e efetivo ao invés do que tinha sucedido na última década. O declínio da GNR acabaria por impor um declínio da República no que à sua segurança e continuação no poder diz respeito. A tal relação “simbiótica” parecia estar presente para o bem e para o mal e quando a 1ª República se encontrou sem uma GNR forte o suficiente para a proteger, isso levou ao seu fim em 1926 com o golpe que originou a ditadura militar. De forma a terminar este capítulo sem deixar pontas soltas e de forma a não comprometer uma sequência histórica lógica, o investigador achou pertinente encerrar o capítulo com uma visão sumária sobre a GNR nos anos que se seguiram, de 1922 a 1926. Assim, o investigador procura satisfazer uma curiosidade de âmbito mais pessoal e que é normal que possa ser suscitada a todos os que analisem e estudem estas temáticas e não só. Do ponto de vista do próprio estudo e realização deste trabalho, acaba por ser pertinente saber o que aconteceu à GNR nos anos que se seguiram ao período de maior foco deste trabalho de investigação. Sem ser necessário ou recomendável alongar muito este estudo, pretende-se apenas saber, de certa forma, se os objetivos previstos com reorganização de 1919 continuaram a ser uma realidade nos anos seguintes ou se estes objetivos associados à reorganização reformista foram postos de lado e substituídos por soluções mais “humildes” ou de contenção. Continuou esta instituição a atravessar um período de ascensão? Ou partira agora para um período de declínio?

De facto, a GNR, como já foi referido no enquadramento teórico, ultrapassou momentos lastimáveis em 1921. Liberato Pinto, comandante da GNR começou a enveredar por comportamentos que não foram bem-recebidos pelos governantes e que mostravam descontentamento face a estes. A situação acabaria por escalar com a destituição de Liberato Pinto do seu cargo como comandante da GNR e com a sua consequente pena de prisão. Viria a gerar uma grande onda de descontentamento nas secções afetas ao Coronel e na GNR e tudo isso viria a contribuir para a revolução outubrista e consequente noite sangrenta. Estes episódios manchariam a GNR e esta como instituição perderia o voto de confiança

depositado nesta pelo regime vigente. O regime responderia, atentando também aos pedidos do exército, com a reorganização de 1922 com a qual acabaria com a artilharia, reduziria a 3 seções as metralhadoras pesadas e reduziria significativamente o efetivo da GNR.

## **CAPÍTULO 4**

### **Principais reorganizações sofridas pela GNR**

#### **4.1. Comparação**

A GNR, no período compreendido entre a data da sua criação (1911) e a data do golpe (1926) que instaurou a ditadura militar, sofreu como já foi visto, diversas reorganizações. Focando nas mais importantes e fazendo uma comparação entre elas, torna-se possível verificar as imensas oscilações ao nível do efetivo e dos meios e armamento disponível. Neste capítulo não interessa olhar tanto para as causas, mas sim para os “números” e para as diferenças palpáveis entre por exemplo uma GNR após a reorganização de 1919 e uma GNR vinda da reorganização de 1922 ou 1913 por exemplo.

##### **4.1.1. 1911**

O decreto de lei de 3 de maio de 1911 que vem dar a primeira organização de sempre à GNR, contempla uma força total da GNR de 146 oficiais, 4843 praças e 744 cavalos<sup>49</sup>.

##### **4.2.2. 1913**

Com a lei de 1 de julho de 1913, o paradigma mudou ligeiramente, mas as mudanças não foram profundas. Registou-se um aumento pouco significativo em termos de efetivo, mas tudo o que dizia respeito a serviços a desempenhar, recrutamento de pessoal, disciplina, administração entre outros, mantivera-se quase na íntegra. Em relação aos números, a força total da GNR com esta reorganização ficava nos 5854 homens e 1246 cavalos<sup>50</sup>.

##### **4.2.3. 1918**

---

<sup>49</sup> Anuário da Guarda Nacional Republicana de 1922, página 18.

<sup>50</sup> Anuário da Guarda Nacional Republicana de 1922, página 19.

Vindo o decreto 4179 de 20 de abril de 1918, a GNR sofreu novamente alterações em relação que estava previsto na organização de 1913. Modificações essas que diziam respeito essencialmente a uns tantos serviços de secretaria do Comando Geral e em aumentar uma comp. de infantaria, a oitava, do bat. 1. O fundamento por trás deste aumento consistia na ótima capacidade da GNR como promotora da manutenção de ordem pública e garantia impeditiva da sua perturbação. Isto associado ao facto de se achar que os efetivos das unidades organizadas em Lx eram insuficientes em relação a uma capital com uma área de atuação cada vez maior. Por último e como justificação para esta mudança organizacional, algumas das mudanças respetivas às unidades em Lisboa previstas na organização de 1913 estavam atrasadas ou nem tinham sido postas em execução<sup>51</sup>.

#### **4.2.4. 1919**

Este foi finalmente o ano mais relevante em termos de alterações registadas na organização e estrutura da GNR. Este “famoso” decreto de 10 de maio de 1919 número 5787-4 S conservava todas as atribuições cometidas pelas leis orgânicas anteriores, como velar pela segurança pública, manutenção da ordem e proteção da propriedade pública e particular em todo o país, assim como a dupla dependência do Ministro do interior e do Ministro da Guerra.

O recrutamento de oficiais era da competência exclusiva do Comandante Geral que os requisitava diretamente ao Ministério da Guerra, comunicando os seus nomes, após a apresentação, ao Ministério do Interior.

Mas é na sua composição que a GNR sofreu profundas alterações. Um aumento de efetivo de proporções nunca antes vistas e a aquisição de tropas de artilharia e metralhadoras eram as principais mudanças<sup>52</sup>. Feitas as contas, o efetivo total previsto para a GNR com este decreto era de, 510 oficiais, 18478 praças, 4131 cavalos, 637 muares, 12 peças de artilharia, 117 metralhadoras ligeiras e um número de metralhadoras pesadas ainda não designado neste decreto. Tal como a organização de 1913, esta de 1919 acabou por também nunca ter sido completamente posta em execução. Algumas unidades nunca se chegaram a organizar<sup>53</sup>.

---

<sup>51</sup> Anuário da Guarda Nacional Republicana de 1922, página 19.

<sup>52</sup> Anuário da Guarda Nacional Republicana de 1922, página 20.

<sup>53</sup> Anuário da Guarda Nacional Republicana de 1922, página 22.

#### 4.2.5 1922

O decreto 8054 de 13 de março de 1922 surgiu em oposição e contrastando com a tendência engrandecedora e carácter ascendente da reorganização de 1919. Esta reorganização de 1922, em oposição à de 1919, tinha um carácter redutor e de contenção, justificado por motivos políticos e episódios que já foram abordados em capítulos anteriores deste trabalho. Este decreto previa então significativas reduções no pessoal do comando geral e das unidades da capital. Os serviços foram agrupados ficando um menor número de repartições e reduzindo assim o efetivo. Entre outras alterações, de realçar que a recém-chegada artilharia desapareceu por completo, e as metralhadoras pesadas ficaram reduzidas a 3 seções. Feitas as contas, o total das forças da GNR, de acordo com esta reorganização de carácter redutor, consistia em 280 oficiais, 585 sargentos, 10853 praças, 2301 cavalos, 171 animais de tiro, 6 metralhadoras pesadas e 99 metralhadoras ligeiras. Um total de 11718 homens<sup>54</sup>

---

<sup>54</sup> Anuário da Guarda Nacional Republicana de 1922, página 23.

## **CAPÍTULO 7**

### **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

#### **5.1. Introdução**

Neste capítulo é onde se retira o proveito de todo o trabalho de investigação e posterior análise de informação. Aqui são apresentadas as ilações finais retiradas pelo investigador, na forma de resposta às PD e à PP. Estes são os aspetos mais importantes das conclusões, mas este capítulo vai mais longe como em apresentar um balanço em relação ao cumprimento dos objetivos propostos no início da realização deste RCFTIA, referir as limitações sentidas durante a realização do mesmo e sugerir possíveis novas investigações naturalmente relacionadas com a temática aqui estudada.

#### **5.2. Resposta às Perguntas Derivadas**

Após a realização de toda a investigação, trabalho de campo e análise de dados e informações, o investigador considera que estão reunidas as condições para responder às PD deste RCFTIA.

**PD1: “Qual o contexto e o ambiente vivido pela GNR em Portugal no período em questão?”** Durante o período compreendido entre 1919 a 1922, o ambiente e o contexto político e social em Portugal são, sem margem para dúvida, fatores decisivos e influenciadores dos acontecimentos que ocorreram e que envolveram a GNR. Para que se consiga compreender na totalidade os acontecimentos nos quais a GNR esteve envolvida durante estes anos, fala-se quer das sucessivas reorganizações das quais a GNR foi alvo (ora de cariz potencializador ora redutor) quer de episódios marcantes nos quais participou como a noite sangrenta, a compreensão do ambiente que “pairava” sob Portugal é essencial. Se na primeira década de existência da República ainda existia alguma apreensão e expectativa por parte dos populares para que as promessas criadas pela propaganda republicana tomassem forma, na segunda década esta esperança e expectativa já tinha sido substituída por um sentimento de descontentamento e desilusão. A República não havia cumprido com o



prometido, pelo menos aos olhos da população. Das muitas promessas que realizaram que iriam acabar com todos os males causados pela monarquia e que assombravam o país (segundo a propaganda republicana ainda nos tempos da monarquia), poucas foram as que se concretizaram. As melhorias na educação, desenvolvimento económico, o sufrágio universal, serviço militar miliciano baseado no modelo suíço, consolidação do império, reconhecimento internacional, entre muitos outros, foram muitas das promessas que não correram de acordo com o previsto. Algumas poucas promessas que cumpriram, como a lei da separação da igreja do Estado, ainda deram origem a maiores clivagens e divisões políticas e sociais.

Atravessava-se uma crise que já vinha desde 1890 e que os republicanos também não conseguiram fazer com que cessasse (só voltaria a estabilidade política e económica a Portugal no Estado Novo). A juntar a este sentimento de uma República de que falhara para com o povo, veio ainda a inevitável 1ª Guerra cuja adesão de Portugal mais uma vez causou descontentamento. Existia um ciclo vicioso, descontentamento popular que de alguma forma afetava e resultava numa instabilidade governativa, com governos a sucederem-se uns após outros o que causavam ainda mais descontentamento e sentimento de revolta nos populares. Tudo continuava praticamente igual ou pior e com a 1ª Guerra a aumentaram as dificuldades económicas e eram muitos os que sofriam com falta de bens de 1ª necessidade. Isto a juntar ao sofrimento dos militares e das suas famílias, que foram praticamente deixados à sua sorte em Flandres sendo pouquíssimas as vezes em que os militares foram rendidos e houve rotatividade. O descontentamento leva à revolta, Sidónio Pais leva a cabo um golpe de Estado, mas acaba assassinado e após a sua morte volta a sentir-se uma instabilidade grande enquanto dois grandes partidos competem pelo poder.

Durante um período tão conflituoso e de tão grande instabilidade política e constante descontentamento social, era essencial para o regime vigente ter uma força de quem confiasse e foi aqui esse o papel assumido pela GNR pelo menos até 1921, ano a partir do qual a confiança na GNR diminuiu substancialmente trazendo outro tipo de consequências.

**PD2: “Quais os principais acontecimentos nos quais a GNR tomou parte no pós Grande Guerra e que serviram de catalisadores para as alterações que se deram na Instituição?”** De 1919 a 1921 muitos acontecimentos marcantes ocorreram em Portugal, e a GNR teve a sua cota parte de protagonismo, para o bem e para o mal.

Começando pelo aparecimento da Monarquia do Norte. Como foi abordado no corpo deste trabalho, deu-se durante um breve período, a instauração da monarquia no Norte de Portugal, nomeadamente na cidade do Porto, alastrando-se depois à quase totalidade da zona

Norte do país. De 19 de janeiro de 1919 a 13 de fevereiro de 1919 a monarquia voltou e com ela a GNR voltaria também a ser colocada na ribalta após ter estado o exército com mais protagonismo nos últimos tempos devido à 1ª Guerra. Sendo que a GNR da cidade do Porto voltou a designar-se Guarda Real de Polícia, o resto do dispositivo manteve-se maioritariamente fiel e agiu como a sua missão lhe exigia, fiel ao regime republicano, agindo de forma decisiva e sendo fulcral no que diz respeito à derrota monárquica. Tanto a ação e envolvimento da GNR na escalada de Monsanto no dia 24 de janeiro como as consequentes ações que culminaram na queda da monarquia a 13 de fevereiro, foram da maior importância e deixaram os republicanos francamente agradados. Este crescente de confiança na GNR levou o regime a apostar em força nesta instituição levando à reorganização de 1919 e aumento de atribuições da GNR associado ao desarmamento da Polícia Cívica. A GNR estava em clara ascensão até 1921. Em 1921, Liberato Pinto após cessar funções no governo acabaria por ser destituído da chefia do Estado-Maior da GNR por ser considerado do ponto de vista político algo “radical” e por demonstrar abertamente o seu descontentamento para com os governantes e de certa forma promover este clima de descontentamento e de afronta no seio da GNR. Liberato Pinto ainda acabou condenado e levou pena de prisão. Durante o estudo realizado pelo investigador, foi este exato momento que para o investigador marca o ponto de viragem no sentido que o regime começa a demonstrar que de facto já não confia tanto na GNR como antes acontecera. O descontentamento gerado na GNR com o que sucedeu a Liberato Pinto, associado ao facto de a GNR estar dotada de muita capacidade e meios nesta altura, tudo isto se aglutinou e começaram a surgir várias intencionalidades como a revolução outubrista que seria seguida da infame Noite Sangrenta, abordada no corpo deste RCFTIA. Não mais que um massacre perpetuado na sua maioria por militares da GNR e da Armada e que vitimou várias personalidades ligadas ao sidonismo e não só. António Granjo, presidente do ministério que se havia demitido no dia anterior, foi a primeira vítima numa sucessão de assassinatos. Com este trágico incidente o regime perderia a sua confiança na GNR e temendo ações semelhantes executou uma nova reorganização na GNR em 1922. Esta tinha um carácter redutor e enfraqueceu e retirou meios e efetivos à GNR.

Em jeito de conclusão os principais acontecimentos foram as ações da GNR face à monarquia do Norte e a infame noite sangrenta.

**PD3: “Quais as alterações sofridas pela GNR ao nível organizacional no período estudado?”** Neste período de 1919 a 1922 destacam-se duas grandes reorganizações sofridas pela GNR. Tiveram propósitos diferentes e opõem-se uma à outra. A reorganização de 1919 foi única na história da GNR ao prever um aumento dos seus efetivos de cerca de 6000

militares para cerca de 19000 militares. Um aumento incrível e quase todo ele focado para a cidade de Lisboa. Novas valências, novo armamento e aumento de capacidade da GNR. Principais novidades a artilharia na GNR e as metralhadoras pesadas ligeiras e pesadas para capazes de rivalizar com o próprio exército. Tal como é estudado no corpo do trabalho, este aumento de capacidade e de armamento é notório e é reflexo do apoio e confiança do regime. Mas a reorganização de 1922 iria mostrar-se muito diferente.

A reorganização de 1922 já não está incluída no período de maior foco deste trabalho, mas acaba por ser inevitável abordá-la. Ela surge após a desconfiança do regime perante os infortúnios e lamentáveis incidentes associados à noite sangrenta e tem um carácter redutor. É seu objetivo inverter de alguma forma o que resultava da reorganização de 1919 e reduzir efetivos, acabar com a artilharia, e reduzir as metralhadoras pesadas para 3 secções.

A GNR começava a fazer a transição de um período ascendente para um período de declínio.

**PP: “Quais as grandes mudanças que se fizeram sentir na GNR no pós Grande Guerra e o porquê destas?”**

Após ter sido realizada a resposta às PDs, o seu contributo para a resposta à PP é evidente. Após a realização de todo este RCFTIA, e dadas as respondidas as PDs, falta agora um último debruçar sobre a temática. As mudanças que se fizeram sentir foram quase na sua íntegra organizacionais e estruturais. A GNR sofreu várias reorganizações desde a sua criação, reflexo de alguma instabilidade política e governamental, mas também porque a instituição ainda estava na sua fase de maturação.

A GNR sofreu a sua mais incrível mutação em 1919, com a grande reorganização que aumentou o seu efetivo “astronomicamente”. É um facto, nunca houve uma reorganização deste calibre na instituição, não só pelo aumento de efetivo como pela aquisição da artilharia, metralhadoras leves e metralhadoras pesadas.

Esta reorganização acontece devido ao aumento de confiança do regime na instituição (após a bem-sucedida retaliação perante a Monarquia do Norte) que pretende que esta esteja equiparada ao exército, no qual o regime não confiava. Para assegurar a sua sobrevivência o regime apostou na GNR em força.

Resultou bem até Liberato Pinto, comandante da GNR começar a enveredar por comportamentos que não foram bem-recebidos pelos governantes e que mostravam descontentamento face a estes. A situação acabaria por escalar com a destituição de Liberato Pinto do seu cargo como comandante da GNR e com a sua consequente pena de prisão. Viria a gerar uma grande onda de descontentamento nas secções afetas ao Coronel e na GNR e

tudo isso viria a contribuir para a revolução outubrista e consequente noite sangrenta. Estes episódios manchariam a GNR e esta como instituição perderia o voto de confiança depositado nesta pelo regime vigente. O regime responderia, atentando também aos pedidos do exército, com a reorganização de 1922 com a qual acabaria com a artilharia, reduziria a 3 seções as metralhadoras pesadas e reduziria significativamente o efetivo da GNR.

### **5.3. Limitações e sugestões**

Como limitações para a realização deste trabalho o investigador destaca a falta de tempo, tempo esse que no seu caso poderia ter sido gerido de melhor forma. Como sugestões investigador deixa o seguinte tema “A GNR no Estado Novo”. Um período ainda de alguma decadência para a GNR, mas que assinala uma interessante e finalmente concretizável expansão da GNR para os meios rurais como sempre fora seu objetivo.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Fundos Consultados**

Arquivo Histórico da Guarda Nacional Republicana (Portugal, Lisboa)

Arquivo Histórico Militar (AHM)

Divisão de História e Cultura da Guarda Nacional Republicana

### **Fontes Primárias**

Anuário da Guarda Nacional Republicana (1922, 1924).

Ordens de serviço do Comando Geral das Guardas Municipais (1904-1910)

Ordens de serviço do Comando Geral da Guarda Republicana (1910-1911)

Ordens à Guarda do Comando Geral da Guarda Nacional Republicana (1911 – 1922)

### **Fontes Editadas:**

Abreu, J. d. (1912). *A revolução portuguesa: o 31 de Janeiro , Porto 1891*. A. David.

Afonso, A., & Gomes, C. d. (2010). *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: Quidnovi.

Andrade, N. (2011). *100 Anos - Guarda Nacional Republicana [1911-2011]*. Lisboa: Guerra e Paz.

Barreiros, D. M. (2015). *Qual o Papel da Guarda Nacional Republicana Durante a Grande Guerra*. Lisboa: Academia Militar (Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada).

Botelho, A. (1949). *Origens Da Guarda Nacional Republicana : I Parte, A Guarda Real Da Polícia : Esboço Histórico*. Lisboa: Tipografia da Guarda Nacional Republicana.

Cezerales, D. P. (2011). *Portugal á Coronhada - Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta-da-China.

Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina.

Fortin, M.-F. (2009). *O Processo de Investigação: Da Conceção à Realização*. Loures: Lusociência.

- Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Marques, A. d. (1980). *A PRIMEIRA REPÚBLICA PORTUGUESA*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda.
- Marques, A. d. (1984). *NOVA HISTÓRIA - 1ª República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Marques, A. d. (1991). *A revolução de 31 de Janeiro de 1891*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Maslow, A. H. (1970). *Motivation and personality*. New York: Harper & Row.
- Mateus, A. (1998). *Economia Portuguesa: Desde 1910*. Lisboa: Verbo.
- Militar, A. (16 de Janeiro de 2016). *NEP n.º 520 – Trabalho de Investigação Aplicada (TIA)*. Lisboa, Lisboa, Portugal: Academia Militar.
- Moura, R. (2016). A participação da Guarda Nacional Republicana na I Guerra Mundial. *Revista Militar N.º 2573/2574*, 665-684.
- Perfeito, J. R. (2008). *Anatomia de um regicídio*. Lisboa: Guerra e Paz.
- Pinto, C., & Rana, J. (1979). O Governo de José Relvas e a restauração republicana de 1919. *Revista História (n.º12)*, 44-64.
- Portugal, B. N., Couto, J., & Rêgo, M. (2008). *1908: do regicídio à ascensão do Republicanismo: mostra bibliográfica*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Póvoa, M. (2013). *Policiar Portugal: A Guarda Nacional Republicana, 1911-1946*. Lisboa.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Reis, A. (1990). *Portugal contemporâneo: Vol. 3*. Lisboa: Publ. Alfa.
- Rodrigues, N. (2014). *A Revolução 14 de Maio de 1915*. Pedrouços: Instituto De Estudos Superiores Militares.
- Rosado, D. P. (2015). *Sociologia da Gestão e das Organizações*. Lisboa: Gradiva.
- Santos, F. (1979). António José de Almeida o tribuno da República. *Revista História (n.º12)*, 60-65.
- Saraiva, J. H. (1983). *História de Portugal: Vol. 6*. Lisboa: Publ. Alfa.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Telo, A. (1980). O Exército e a República. *Revista História (n.º25)*, 2-21.
- Telo, A. J. (2010). *Primeira República I - Do Sonho À Realidade*. Lisboa : Editorial Presença.
- Telo, A. J. (2011). *Primeira República II - Como Cai Um Regime*. Lisboa: Editorial Presença.

## **Fontes Eletrónicas**

DGLAB. (2008). In site do Arquivo Nacional Torre do Tombo. Acedido em 1 de abril de 2018 em <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4242888>

Militar, A. (2016). In site da Academia Militar. Lisboa, Portugal. Acedido em 18 de abril de 2018 em <http://academiamilitar.pt/curso-de-ciencias-militares-na-especialidade-de-seguranca.html>

## **Legislação e Documentação Institucional:**

Decreto – Lei de 1910, de 13 de outubro. *Diário do Governo*, I Série.

Decreto – Lei de 1911, de 3 de maio. *Diário do Governo*, I Série, nº103, 1813-1820. Ministério do Interior.

Decreto nº 5787-4S de 10 de maio de 1919.

Decreto nº 8064 de 13 de março de 1922.

Lei nº1 de 1 de julho de 1913.

Lei nº 400 de 9 de setembro de 1915.

## **APÊNDICES**



## Apêndice A Comandantes Gerais da GNR até 20 de outubro de 1921

<b>Comandantes Gerais</b>	
da Guarda Municipal de Lisboa, criada por D. de 3. Julho, 1834; Guardas Municipais de Lisboa e Porto, reunidas por D. de 24. Dezembro, 1838; Guarda Republicana, por D. de 12. Outubro, 1910; e Guarda Nacional Republicana, organizada por D. de 3. Maio, 1911.	
Francisco de Paula de Oliveira	18. Agosto, 1834—19. Junho, 1835
Luís de Moura Furtado	20. Junho, 1835—15. Agosto, 1836
Francisco Xavier António Ferreira	16. Agosto, 1836—10. Setembro, 1836
Manuel Bernardo Vidal	11. Setembro, 1836—26. Dezembro, 1836
António Cesar de Vasconcelos Correia	27. Dezembro, 1836—11. Junho, 1841
D. Carlos de Mascarenhas	12. Junho, 1841—28. Maio, 1846
José António Vieira da Fonseca	23. Julho, 1846—3. Outubro, 1846
D. Carlos de Mascarenhas	6. Outubro, 1846—16. Maio, 1851
Visconde de Francos	17. Maio, 1851—28. Agosto, 1856
Cristovam José Franco Bravo	29. Agosto, 1856—26. Dezembro, 1861
José de Vasconcelos Correia	27. Dezembro, 1861—22. Setembro, 1869
Henrique de Almeida Girão	23. Setembro, 1869—19. Junho, 1870
Barão do Rio Zézere	20. Junho, 1870—19. Dezembro, 1875
João Pedro Schwalbach	22. Dezembro, 1875—9. Maio, 1878
Luís Augusto de Almeida Macedo	11. Maio, 1878—5. Maio, 1884
José Joaquim Henriques Moreira	6. Maio, 1884—11. Janeiro, 1893
António Abranches de Queiroz	13. Março, 1893—1. Março, 1902
Filipe Malaquias de Lemos	2. Março, 1902—4. Outubro, 1910
<i>(Depois da proclamação da República)</i>	
Ernesto da Encarnação Ribeiro	5. Outubro, 1910—31. Março, 1915
António do Carmo da Silveira Teles de Carvalho	2. Junho, 1915—29. Fevereiro, 1916
António Xavier Correia Barreto	1. Março, 1916—11. Dezembro, 1917
José de Oliveira Duque	12. Dezembro, 1917—19. Julho, 1918
António Paulino de Andrade	11. Fevereiro, 1919—16. Abril, 1919
José Rodrigues Lopes de Mendonça e Matos	17. Abril, 1919—22. Janeiro, 1920
João Pedroso de Lima (6)	23. Fevereiro, 1920—8. Maio, 1921
António Xavier Correia Barreto	21. Março, 1921—10. Maio, 1921
Vitorino José de Cesar	11. Maio, 1921—24. Maio, 1921
Bernardo de Faria e Silva	25. Maio, 1921—23. Setembro, 1921
Abel Hipólito	26. Setembro, 1921—19. Outubro, 1921
Ernesto Maria Vieira da Rocha	20. Outubro, 1921

